

JULIA DA SILVA GUTIERREZ RUIZ

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VIA PARA A
AUTONOMIA FEMININA:** Um estudo do caso de
empreendimentos solidários de Araraquara-SP



Julia da Silva Gutierrez Ruiz

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VIA PARA A AUTONOMIA FEMININA: Um estudo do caso de empreendimentos solidários de Araraquara-SP

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Conselho,
Programa de Pós-Graduação em Economia da
Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Morais

**Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - CAPES**

ARARAQUARA – S.P.
2024

R934e

Ruiz, Julia da Silva Gutierrez

Economia Solidária como via para a autonomia feminina: : um estudo do caso de empreendimentos solidários de Araraquara-SP / Julia da Silva Gutierrez Ruiz. -- Araraquara, 2024

79 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Leandro Pereira Moraes

1. Economia Solidária. 2. Economia Feminista. 3. Gênero. 4. Autonomia'. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa possui como impacto científico esperado de contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico mais amplo, pois apresenta a intersecção de duas teorias diferentes da teoria econômica tradicional, sendo uma voltada para o bem viver coletivo e outro para a diminuição da desigualdade de gênero. Com isso, do ponto de vista técnico, é apresentada uma metodologia de gestão de empreendimentos com base na qualidade de vida de seus membros, com base em autogestão, além de respeitar o tempo, as subjetividades e realidades das mulheres e seus desafios. Justamente pelo teor do objeto dessa pesquisa, há um potencial de impacto social e econômico ao identificar como a autogestão em cooperativas femininas atua como vetor de autonomia financeira e também de gênero, podendo servir de exemplo para outros empreendimentos e realidades. Sendo o cooperativismo um importante programa de política pública nacional em Araraquara, tratando-se da inserção local, a pesquisa possui impacto de servir como base para a discussão das políticas públicas subnacionais a nível municipal, além de servir de exemplo para políticas públicas a nível estadual e nacional, fomentando geração de emprego e renda para pessoas socialmente excluídas, principalmente a mulheres. Ademais, a pesquisa pode servir como subsídios para debates como os realizados na Secretaria Nacional de Economia Solidária ou em fóruns nacionais de mulheres, e em nível internacional, como fóruns internacionais e redes globais. Por fim, espera-se que essa pesquisa traga contribuições para o debate do desenvolvimento sustentável, ao ter alinhamento direto com ODS 5 (igualdade de gênero) e ODS 8 (trabalho decente), além de ideais da economia solidária que são alinhados com o bem estar do meio ambiente em que o empreendimento está inserido.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has the expected scientific impact of contributing to the advancement of broader academic knowledge, as it presents the intersection of two theories distinct from traditional economic theory, one focused on collective well-being and the other on the reduction of gender inequality. Consequently, from a technical perspective, a management methodology for enterprises based on the quality of life of its members is presented, grounded in self-management, while respecting the time, subjectivities, and realities of women and their challenges. Precisely due to the nature of this research object, there is a potential for social and economic impact by identifying how self-management in women's cooperatives acts as a vector for financial and gender autonomy, potentially serving as an example for other enterprises and realities. Since cooperativism is an important national public policy program in Araraquara, regarding local insertion, the research has the impact of serving as a basis for the discussion of subnational public policies at the municipal level, in addition to serving as an example for public policies at the state and national levels, fostering the generation of employment and income for socially excluded individuals, especially women. Furthermore, the research may provide subsidies for debates such as those held at the National Secretariat of Solidarity Economy or in national women's forums, and at the international level, such as international forums and global networks. Finally, it is expected that this research will bring contributions to the sustainable development debate, having a direct alignment with SDG 5 (gender equality) and SDG 8 (decent work), in addition to solidarity economy ideals that are aligned with the well-being of the environment in which the enterprise is situated.

JULIA DA SILVA GUTIERREZ RUIZ

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VIA PARA A AUTONOMIA FEMININA: Um estudo do caso de empreendimentos solidários de Araraquara-SP.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho,
Programa de Pós em Economia da Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Economia.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento
Socioeconômico, Instituições e Políticas
econômicas
Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Moraes
Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Capes

Data da defesa: 01/03/2024

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professor Doutor Leandro Pereira Moraes
UNESP – Campus de Araraquara

Membro Titular: **Doutora Camila Capacle Paiva**
Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e
Solidária de Araraquara-SP

Membro Titular: **Professor Doutor Caio Luis Chiariello**
Universidade Federal de São Carlos

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A todas as mulheres que vieram antes de mim e puderam me proporcionar ocupar os lugares onde ocupo e a todas as mulheres que virão depois de mim e ocuparão muito mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha base formadora e à minha família. Agradeço minha mãe pelo apoio irrestrito na realização do meu sonho que é seguir a carreira acadêmica, aguentando minhas noites de choro e ansiedade, e celebrando comigo pela manhã, a cada pequeno passo, fazendo um arroz de forno para aquecer meu coração – e meu estômago – sempre que precisei (ou que não precisei, mas saboreamos juntas porque é uma comida afetiva para nós duas). Agradeço também meus irmãos Juliano e Pedro por serem grandes companheiros fazendo valer o significado de amor fraternal desde perguntas bobas no *whatsapp*, até para horas de conversa ou para ir comer no nosso restaurante favorito (ou só desestressar, me levando para tomar um sorvete). Agradeço às minhas tias Fátima e Maria Luiza por estarem presentes quando precisei. Agradeço também ao meu pai pelo seu apoio, mesmo com a distância física, e por ter criado um canal no YouTube sobre Pomodoro, técnica que uso para me concentrar e que foi de grande valia para a realização deste trabalho; agradeço também à minha madrastra Adriana pela companhia, pelas horas de conversa e pela correria para que as apresentações saíssem perfeitas.

Agradeço também aquele que escolhi para ser minha família e que me escolhe todos os dias, meu companheiro Enzo, que agora divide o lar e as contas comigo, mas também compartilha os sonhos e faz de tudo para torná-los realidade. Agradeço também a família dele que me acolheram para ser nossa família, Sulamita (que quebra qualquer estereótipo negativo de sogra, sendo também uma amiga e uma companhia *army*), Jéssica (que para além de cunhada, tornou-se uma irmã, não medindo esforços para ser uma grande amiga), Devanir (sempre disposto a ajudar quando eu e Enzo precisamos – e não precisamos) e Duda (nosso pingo de esperança num futuro melhor). Ademais, não posso deixar de agradecer à minha companhia dia e noite, que fica ao meu lado (literalmente) sempre que estou digitando algo deste trabalho: a minha gatinha Pipoca. Não esqueço da outra gatinha, Caju, que preferiu só esperar eu terminar de digitar para lhe apresentar um sachê.

Agradeço aqueles que partilharam o teto comigo durante a graduação, mas que também foram de extrema importância durante o pós, fazendo com que esse momento de saída da república e da vida que levamos nela fosse menos dolorido: Lucas (Perdido), Paulo Moura, Paulo Pimenta, Fernanda (Rochelle), Dayane e Amanda. Fico feliz por poder manter contato e reviver o significado de irmandade que criamos na ComunaDeusa sempre que nos encontramos. Agradeço também um grande presente que a Letras me deu, que está ao meu lado para o que der e vier, que aceitou me dividir com a Economia e que compartilhamos muito orgulho de estarmos ao lado uma da outra: obrigada, Thais, por tanto, sempre! Ainda na faculdade, agradeço aos meus amigos de turma do mestrado, em especial ao Festa, ao Victor e a Daianne, mas sem esquecer dos queridos Ana Julia, Gabriela e Marcus Vinicius. Também agradeço a Gabriella, amiga do doutorado que compartilhei muita conversa e dividimos muitos problemas, os tornando menores, Dorricielk, também amigo do doutorado, a quem hoje posso chamar de irmão (e que não caberia todos os agradecimentos para tudo que sou grata a você desde que estreitamos nossos laços), e os queridos da turma do mestrado de 2023 que foram ótima companhia.

Além disso agradeço ao querido Celso por todas as tardes de café, fofoca e apoio acadêmico. Ao meu amigo capricorniano Matheus por estar ao meu lado – sem intervalo – desde que nos conhecemos em 2014, ouvindo desabafos e celebrando vitórias. Pensando em amizades de longa data, não poderia deixar de agradecer a Carolina, Patrícia, Aline e Fernanda, por serem as melhores amigas de infância e adolescência que alguém poderia ter, por estarem sempre presentes, por oferecerem todo tipo de apoio (mesmo com a distância) e por compartilharem suas vidas comigo

Agradeço também às minhas companheiras de coletivo, membros do Coletivo Bennnu, que me dão força e acolhimento, para lutar, ser forte e também ser fraca ao lado de mulheres que felizmente me fazem sentir que nunca ando só. Em especial agradeço a Sheila, quem me motivou ser Promotora Legal Popular, e me motiva sempre a ser o que eu quiser, também a Grasiela, Rita, Claudete, Mônica, Flavia, Natalia, Rafaela, Renata e Vanessa, mulheres maravilhosas e exemplo pra mim, que me deixam honrada por estar na rua e na luta com vocês.

Não posso deixar de agradecer ao meu “berço” acadêmico, em nome do Professor Sérgio Fonseca, agradeço ao grupo que fez o meu despertar para a Economia Solidária, o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania, o NEPESC, por transformar a minha e me proporcionar o meu encontro com o que mais amo na Economia. Também agradeço a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária de Araraquara, em nome da Coordenadora Vivian, pelo apoio irrestrito na realização deste trabalho, pois sem a IPECS e o apoio da Vivian essa pesquisa não seria possível.

Agradeço também aos meus professores do mestrado, em especial a coordenadora do programa, professora Tatiana, que está sempre disposta a acalmar ansiedades, responder questões e, por meio do Programa, também apoiou a realização da pesquisa de campo deste trabalho. Para mais, agradeço a minha banca avaliadora, que esteve comigo desde a qualificação e são muito importantes para mim: Dra Camila Capacle é exemplo de mulher, feminista, pesquisadora e ativista da economia solidária, quem admiro e me espelho para ser no futuro e quem me inspirei para a realização deste trabalho; e o Prof. Dr. Caio, que está do meu lado desde a graduação, me apoiando, dando toques e sendo um exemplo na pesquisa.

Agradeço também meu orientador, Prof. Dr. Leandro Pereira Moraes, quem sempre é o primeiro a acreditar no meu potencial (muitas vezes antes de mim), sempre está disponível para responder dúvidas e ser mais que orientador, administrando choros, ansiedades, receios, sempre com muita calma e paciência, trazendo segurança para que eu ocupe lugares que ocupo agora.

Agradeço também ao meu primeiro orientando de monografia, que concluímos com destreza, Filipe Carvalho (que também é um grande amigo) e a minha primeira orientanda de Ana Clara, que vem se tornando uma amiga querida. Agradeço a vocês pela confiança no meu trabalho e por toparem aprender comigo e me ensinar também.

Agradeço aos servidores técnico administrativos da minha unidade (da seção técnica de pós-graduação, da STAEPE, da biblioteca e de outras) por tornarem possível a vida universitária e os ganhos científicos. A universidade não é possível sem aqueles que apoiam nossas aulas, nossos processos administrativos e nossos eventos todos os dias, o dia todo.

Por fim, agradeço a minha psicóloga Sandra, que está comigo desde 2020, ajudando a lidar com os percalços da vida, colocando minha cabeça em ordem, para que este trabalho seja finalizado, aproveitado e que eu seja grata por tê-lo feito e também por todos que citei nesses agradecimentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Não é razoável condenar as mulheres ou rir delas, se elas querem mais do que os costumes definiram como sendo o necessário para seu sexo.”

Charlotte Brontë, 2017, p. 349

RESUMO

A Economia Solidária e os empreendimentos de economia solidária podem servir como forma de quebrar a realidade de desemprego e trabalho precarizado que as mulheres enfrentam com maior frequência que os homens. Por isso, este trabalho tem como objetivo geral traçar uma discussão sobre a relação entre o empreendimento de ESOL e as potencialidades, os desafios e os limites da autonomia da mulher, a partir de uma perspectiva da Economia Feminista, analisando dados socioeconômicos de empreendimentos econômicos solidários de Araraquara, bem como por meio de entrevistas com mulheres cooperadas ou associadas a empreendimentos solidários femininos no mesmo município. A metodologia é composta por uma etapa de revisão bibliográfica, que precede a análise de entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes de empreendimentos econômicos solidários femininos, e uma análise de dados socioeconômicos das mulheres integrantes dos empreendimentos incubados pela incubadora pública municipal de economia solidária do município-alvo desta pesquisa. A maioria das mulheres alvo desta pesquisa são negras e moram em bairros de vulnerabilidade socioeconômica, além de possuírem, em geral, baixo nível de escolaridade formal. Em relação a renda, a grande maioria das mulheres possuem a remuneração auferida das cooperativas/associações como renda principal e mais da metade delas não possuía renda antes de entrar no empreendimento. Demonstrou-se que a ESOL pode servir como forma de gerar autonomia financeira, ainda o fazendo de forma menos desigual do que é notado em empreendimentos tradicionais, e também pode fornecer rede de apoio para as mulheres que integram o EES, porém existe uma limitação na ação das mulheres dessa rede de apoio, assim também há limites na potencialidade de gerar autonomia ao ponto de a mulher deixar a relação abusiva em que se encontra.

Palavras – chave: economia solidária; economia feminista; gênero; autonomia.

ABSTRACT

The Solidarity Economy and solidarity economy enterprises can serve as a way to break the reality of unemployment and precarious work that women face more frequently than men. Therefore, this work has the general objective of drawing a discussion on the relationship between the ESOL enterprise and the potentialities, challenges, and limits of women's autonomy, from a perspective of Feminist Economics, analyzing socioeconomic data from solidarity economic enterprises in Araraquara, as well as through interviews with women who are members or associates of female solidarity enterprises in the same municipality. The methodology is composed of a bibliographic review stage, which precedes the analysis of semi-structured interviews with women members of female solidarity economic enterprises, and an analysis of socioeconomic data of the women members of enterprises incubated by the municipal public solidarity economy incubator of the target municipality of this research. Most of the women targeted by this research are Black and live in neighborhoods of socioeconomic vulnerability, in addition to generally having a low level of formal education. In relation to income, the vast majority of women have the remuneration earned from the cooperatives/associations as their primary income and more than half of them had no income before joining the enterprise. It was demonstrated that ESOL can serve as a way to generate financial autonomy, while doing so in a less unequal way than is noted in traditional enterprises, and can also provide a support network for the women who integrate the EES, however there is a limitation in the action of the women in this support network, thus there are also limits in the potentiality of generating autonomy to the point that the woman leaves the abusive relationship in which she finds herself.

Keywords: solidarity economy; feminist economics; gender; autonomy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Proporção da renda das mulheres na renda mensal familiar no período de 1995 a 2015 no Brasil, por cor/raça.	29
Gráfico 2	Proporção de família chefiadas por mulheres, de 1995 a 2015, por raça/etnia.	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo e raça/etnia, comparando pessoas ocupadas e não ocupadas.	31
Tabela 2	Número de famílias chefiadas por mulheres e por homens, de 1995 a 2015, por raça/etnia.	33
Tabela 3	Grau de Ensino Escolar das cooperadas/associadas.	47
Tabela 4	Remuneração média das cooperadas/associadas e cooperados/associados (R\$).	49
Tabela 5	Ocorrências a partir da pergunta “Para você o que é Economia Solidária?”.	51
Tabela 6	Relação entre respostas sobre queixas das associadas/cooperadas.	57
Tabela 7	Ocorrência de palavras ao responder à pergunta “Para você, o que é Economia Solidária?”.	59
Tabela 8	Ocorrência de palavras ao responder à pergunta “O que você considera que seja uma rede de apoio?”.	61

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Nuvem de palavras sobre ESOL.	60
Imagem 2	Nuvem de palavras sobre Rede de Apoio.	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA	Associação de Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI
Cepal	Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
Cetecs	Empreendimentos Econômicos Solidários
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ESOL	Economia Solidária
IPECS	Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Sumário

INTRODUÇÃO	17
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
1.1. Metodologia da análise dos dados.....	24
1.1.1. Análise de Conteúdo.....	24
2. DISCUSSÃO TEÓRICA CONCEITUAL	25
2.1. Compreendendo a Economia Solidária.....	25
2.1.1. A célula básica da ESOL: Os empreendimentos de economia solidária.	27
2.2. Economia feminista e a mulher no mercado de trabalho brasileiro.....	29
2.2.1. Autonomia da mulher	36
2.2.2. Rede de apoio	38
2.2.3. Violência doméstica.....	40
2.3. Por uma economia solidária e feminista: conexões possíveis	42
2.3.1. Um pouco dos EES femininos no país	45
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
3.1. Algumas considerações sobre o objeto da pesquisa.....	47
3.2. Dos dados socioeconômicos.....	49
3.3. Resultados das entrevistas	53
3.3.1. Sobre o que é a Economia Solidária	53
3.3.2. Sobre o trabalho dentro do EES.....	55
3.3.3. Sobre redes de apoio	57
3.3.4. Sobre o trabalho dentro do EES e as questões de gênero.....	58
3.4. Ocorrências de palavras.....	62
3.4.1. Economia Solidária	63
3.4.2. Rede de apoio	64
4. CONCLUSÕES.....	66
BIBLIOGRAFIA	71
ANEXO I - QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO.....	78
ANEXO II - QUESTÕES DA ENTREVISTA.....	79

INTRODUÇÃO

A década de 1980 ficou marcada por uma forte estagnação da economia brasileira, hiperinflação, desequilíbrios na macroeconomia nacional e pela incapacidade de gerar postos de trabalho suficientes para absorver a população economicamente ativa (Hilgemberg; Guilhoto, 2004; Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008). No começo dos anos 1990 o país ainda sofria por altas taxas de inflação, a taxa cambial altamente desvalorizada e o alto déficit fiscal (Pinheiro *et al*, 1999).

Com isso, o modelo vigente de substituição de importações via-se esgotado, dando lugar a um movimento de abertura da economia, consequentemente reestruturando as formas de se produzir e trazendo mudanças no mercado de trabalho, além de que, neste processo de reestruturação, houve também (de maneira mais ferrenha a partir dos anos 1990, porém, já demonstrando sinais desde a década de 1970) a introdução de novas tecnologias na indústria, como a microeletrônica e a robótica.

Também é importante lembrar que, neste período, ocorreu a implementação da política de estabilização do Plano Real, que entre outros fatores, valorizou a taxa de câmbio, expondo a economia doméstica à concorrência externa, fatores corroboraram com a eliminação de postos de trabalho e o aumento no nível de desemprego (Hilgemberg; Guilhoto, 2004; Pinheiro *et al*, 1999; Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008; Santos, 2008).

Assim, vislumbrou-se uma mudança de setores que possuíam um maior número de população empregada, sendo que aumentaram os postos de trabalho no setor terciário, porém houve uma redução no setor primário e no setor secundário (Pochmann, 1999).

Dado que “o setor terciário não foi capaz de absorver a mão de obra dispensada pelos demais setores, persistiram elevadas taxas de desemprego, as quais levaram a uma deterioração das relações de trabalho” (Hilgemberg; Guilhoto, 2004, p. 2). Essa deterioração foi intensificada pelo perfil de baixa qualificação da mão de obra, impedindo que grande parte dos trabalhadores migrassem para empregos que exigissem execuções mais complexas (Kon, 1998).

Neste cenário econômico, o Estado passou a dispor menos orçamento para investir em políticas sociais, fazendo com que fosse necessário pensar em alternativas ao modelo tradicional baseado na expansão do trabalho industrial e do gasto público (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008; Silva, 2018). Para Lima (2006), há duas novas formas de gestão que sobressaem no processo de precarização das relações de trabalho: o trabalho informal e os empreendimentos de economia solidária (EES), assim como Oliveira (2008) diz que a

resposta para a precarização, o desemprego e a desigualdade fomentam movimentos trabalhistas, como os sindicatos, cooperativas e associações solidárias.

E é por isso que o campo de estudo e atuação da Economia Solidária (ESOL) ganhou maior corpo no país a partir dos anos 1990 (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008; Santos, 2014), sendo uma área de estudos mais nova, porém que se apresenta como alternativa à geração de emprego e renda (Abreu; Oliveira, 2020) e uma “estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho” (Oliveira, 2013, p. 3).

Araújo (2017), argumenta ainda que a ESOL é capaz de gerar benefícios e promover o bem-estar na sociedade em que os atores dessa cadeia fazem parte e, França Filho e Laville (2006), consideram que a ESOL, além de ser uma possibilidade viável para geração de emprego e renda, é também uma possibilidade de sanar as necessidades de todos, demonstrando que é possível uma organização econômica - da produção e da reprodução social - em que as desigualdades sejam extirpadas e os valores da solidariedade sejam difundidos. Isso pois a ESOL tem como princípios formadores a autogestão, a democracia, a cooperação, o cuidado com o meio ambiente, a justiça social, a valorização da aprendizagem, a centralidade no ser humano, a valorização da diversidade e a emancipação dos trabalhadores (Bonumá, 2015).

Justamente a partir da década de 1990 em que há um aumento na participação feminina no mercado de trabalho do país, crescendo aproximadamente 9%, sendo a maior parte em trabalhos de menor qualificação (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008). Somando esse aumento ao quadro crítico em relação ao trabalho no contexto histórico citado, é importante citar que “as mulheres são, na maioria das vezes, as primeiras vítimas do desemprego, subempregos e da tão intensa desigualdade” (Oliveira, 2008, p. 329), além da precariedade nos postos de trabalho (Hirata, 2018), por terem tido uma inserção no mercado de trabalho de forma diferente que os homens tiveram¹.

Machado, Oliveira e Wajnman (2005) demonstram que até o início da década de 1990 não havia muita diferença entre as taxas de desemprego de homens e mulheres, as quais oscilavam entre, aproximadamente, 2% e 3%, porém a partir do ano de 1992 elas se descolam, com os números referentes às mulheres sendo mais desfavoráveis. De acordo com o Retrato Das Desigualdades de Gênero e Raça, fruto de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a ONU Mulheres, contendo dados de 1995 até 2015, já em 1995

¹ A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, em meados dos anos de 1970, ocorreu em condições desiguais de tratamento, de tempo, de mobilidade, de espaço e de remuneração em relação aos

o desemprego entre homens era de 5,3% (sendo 4,9% entre homens brancos e 5,7% entre homens negros) e entre mulheres era de 7,3% (sendo 6,7% entre mulheres brancas e 8,1% entre mulheres negras). Estes números saltaram para 8% dos homens desempregados e aproximadamente 12% das mulheres desempregadas (sendo que as mulheres negras possuem a maior taxa de desemprego: 13,6%).

Mesmo em pesquisas mais recentes, conforme a mesma observação feita nos 20 anos entre 1995 e 2015, Fontoura et al. (2017) que “as barreiras para as mulheres entrarem no mercado de trabalho se mostram presentes, apesar dos avanços das décadas passadas”, além de barreiras para permanecerem no mercado de trabalho, após conseguir entrar nele².

É nesse contexto que a ESOL e os EES podem servir como forma de quebrar essa realidade de trabalho das mulheres. Oliveira (2018) pondera que características presentes nos EES como a união por objetivos partilhados e o espírito de solidariedade, juntamente com anseio por mudanças, podem ser fortes instrumentos de transformação social, tornando-se parte de uma luta pela emancipação social com maior eficácia e abrangência.

Este trabalho se justifica ao ponto que muitas mulheres são capazes, ao observarem com olhar atento e crítico, de perceber que há uma diferença entre elas e os homens nas relações sociais, seja dentro de casa (em relação ao trabalho doméstico e ao cuidado), seja fora de casa (nas relações de trabalho, nas funções que exercem e na remuneração que recebem). Enquanto isso, há um campo de estudos relativamente novo no Brasil, de uma corrente econômica que vem sendo apresentada como não apenas uma ferramenta de geração e renda, mas também de resolução de problemas sociais, como é o caso das questões de desigualdade de gênero. Essa é a ESOL. Por isso, o trabalho trata de trazer a ESOL para uma perspectiva de gênero (a partir da Economia Feminista) e analisar se essa corrente é, na prática, capaz de lidar com as questões das mulheres, tendo como base não apenas os dados sobre essas mulheres, mas também a própria percepção delas.

Assim, faz-se necessário analisar as experiências existentes da relação da resolução de problemas de gênero com a ESOL, para compreender como a ESOL pode realmente servir como ferramenta de resolução de problemas sociais. Ademais, a partir dessa análise é possível replicar casos e estratégias positivas em outras organizações, como até mesmo identificar

homens, principalmente, devido às mulheres serem as executoras das atividades vinculadas às esferas dos cuidados da família e da casa (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008, p. 1).

² Aquelas que se lançam no mercado de trabalho muitas vezes se deparam com a barreira de encontrar posição. Essa é uma dificuldade maior para as mulheres que para os homens. Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% – enquanto a dos homens foi de 7,8%. No caso das mulheres negras, a proporção chegou a 13,3% (a dos homens negros, 8,5%). Os maiores patamares encontram-se entre as mulheres negras com ensino médio

desafios e problemáticas a serem enfrentadas pelos grupos para se chegar em uma proposição integrativa de autonomia feminina.

O objetivo geral do trabalho é traçar uma discussão sobre a relação entre o empreendimento de ESOL e as potencialidades, os desafios e os limites da autonomia da mulher a partir de uma perspectiva da Economia Feminista. São três os objetivos específicos desta pesquisa: (i) fazer uma revisão de literatura sobre ESOL, Economia Feminista e o conceito de autonomia; (ii) analisar o perfil das mulheres cooperadas e associadas nos empreendimentos “femininos” em Araraquara, bem como a autopercepção das mesmas em relação a autonomia e, por fim (iii) imbricação da teoria com o estudo de campo para discutir a efetividade da ESOL como ferramenta de autonomia da mulher por meio do empreendimento solidário.

A hipótese principal deste trabalho é que a ESOL possui grande potencial para acarretar um processo de autonomia da mulher, uma vez que possui ideais e meios de produção diferentes da economia tradicional (e empreendimentos tradicionais), mas que, ainda assim, observa-se limites na prática, dado que as relações sociais dentro dos empreendimentos solidários ainda refletem hábitos da sociedade como um todo, por fazerem parte desta.

O aspecto metodológico será aprofundado na próxima seção deste trabalho, mas se pode dizer que ele é formado por uma etapa de revisão bibliográfica, que precede a análise de entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes de empreendimentos econômicos solidários femininos e uma análise de dados socioeconômicos das mulheres parte dos empreendimentos incubados pela incubadora pública municipal de economia solidária do município alvo desta pesquisa.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: a primeira seção será para apresentar os aspectos metodológicos utilizados, tanto para a pesquisa quanto para a análise; a segunda seção irá trazer um debate teórico conceitual sobre Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, sobre a Economia Feminista, a autonomia da mulher, as redes de apoio e a violência doméstica e, então, sobre conexões possíveis entre as economias Solidária e Feminista; depois serão apresentados os resultados e as discussões dessa pesquisa e, por fim, as conclusões.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2002) e Prodanov e Freitas (2013), pesquisas exploratórias buscam o aprimoramento de uma certa ideia ou até mesmo tornar um problema mais explícito e, essas pesquisas englobam a revisão bibliográfica, entrevistas e conexões entre o empírico e o teórico para facilitar o entendimento, possuindo um olhar ao tema “sob diversos ângulos e aspectos” (Prodanov; Freitas, 2013). Logo, seguindo o critério de objetivo, este trabalho se trata de uma pesquisa exploratória. Como a pesquisa se baseia na interpretação de significados, crenças, valores e aspectos profundos das relações entre as mulheres, pode ser considerada uma pesquisa com abordagem qualitativa, traçando informações difíceis de serem quantificadas (Minayo, 2000).

Então, será realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica³ narrativa-integrativa⁴, pois assim é possível fazer uma busca de informações a partir de pesquisas empíricas e teóricas, combinando dados e experiências para fundamentar este trabalho na parte de campo, bem como construir uma revisão acerca das economias Solidária e Feminista. A revisão bibliográfica é de suma importância pois é a partir dela que se é capaz de criar representações da realidade, incorporando-se às ideias sistematizadas e, assim, construindo o caminho para compreender a realidade e suas representações (Mendes; Pessoa, 2009; Araújo, 2017). Ademais, para Gil (2002), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002, p. 45).

A revisão será feita a partir de artigos publicados em revistas e periódicos, artigos publicados em anais de eventos, livros e trabalhos de conclusão de curso (monografias, dissertações e teses), a partir da busca por termos como “Economia Solidária”, “Economia Feminista”, “Economia Solidária e Economia Feminista” e “autonomia feminina” no Scopus, no Scielo e no Google Acadêmico.

Após essa primeira etapa, será realizado um estudo de caso, o qual é capaz de explorar um caso singular ou coleção de casos (que costuma ser sobre cidades, setores, famílias ou, como no caso aqui estudado, um grupo de pessoas que experimentam realidades parecidas – de estar em um EES majoritariamente composto por mulheres e com liderança feminina, sediado na cidade de Araraquara/SP) (Chiazzotti, 2006) e é feito a partir de uma entrevista.

³ A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p. 44).

⁴ <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>.

Adotou-se, para a realização da pesquisa, o método de entrevistas semiestruturadas e essa escolha pode ser justificada por busca por um equilíbrio entre a fluidez do relato das participantes enquanto existe a necessidade de uma base comparativa para a análise dos dados. Essa abordagem permite que as entrevistadas manifestem suas perspectivas com maior liberdade do que em modelos estritamente estruturados, conforme sustenta Flick (2004).

No âmbito das variações desse método, a Entrevista Focada no Problema foi identificada como a mais adequada aos propósitos deste estudo, pois, ainda segundo Flick (2004), essa técnica prioriza fenômenos sociais relevantes, voltando-se especialmente para a compreensão da subjetividade dos sujeitos em face de uma problemática específica (neste caso, a questão de gênero).

A delimitação do estudo de caso se concentrou nos EES formados exclusivamente ou predominantemente por mulheres e que apresentavam liderança (presidência) feminina na época da realização das entrevistas. O objetivo central dessa seleção é permitir a observação empírica das dinâmicas e teorias que regem as relações de gênero no interior desses espaços, priorizando a análise do comportamento e da organização das participantes a partir de suas perspectivas.

Justamente por esse critério, características como a natureza produtiva ou ramo de atuação não foram utilizados como filtros de seleção ou exclusão, confirmando que o foco da pesquisa são as relações socioprofissionais estabelecidas entre as mulheres e as percepções delas sobre seus vínculos. Além disso, foram selecionados EES rurais e urbanos, com a finalidade de observar tanto a relação das mulheres da cidade quanto as do campo. Para melhor possibilidade de execução da pesquisa em tempo hábil, todos os EES estão localizados no município de Araraquara, interior de São Paulo, e todos são incubados pela Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS) da prefeitura do município, fazendo com que o contato com os empreendimentos seja facilitado. Os empreendimentos que atendem aos critérios estabelecidos e que eram incubados na época da realização da pesquisa são: Padoka do Assentamento Monte Alegre (Associação das Mulheres do Campo), Cooperativa Panelas Unidas, Associação Mãos Que Cria e Cooperativa Vitória Multiserviços⁵.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada, organizada em dois blocos (“Trabalho e o empreendimento de economia solidária” e “Empreendimento de economia solidária e gênero”), com as perguntas detalhadas no Anexo I, ao final deste trabalho. O convite para a entrevista foi realizado com quatro mulheres de cada empreendimento destacado no parágrafo

⁵ Devido às questões com relação a comunicação e disponibilidade do empreendimento, as entrevistas não foram realizadas com esta cooperativa.

acima, sendo assim uma amostra igual de cada EES, independentemente do tamanho dele, para auferir questões opinativas (contendo as percepções das mulheres), sendo efetivamente realizadas com três mulheres da Padoka e quatro mulheres da Mãos Que Criam e da Panelas Unidas. As entrevistadas foram convidadas para participar da entrevista pela pesquisadora, a partir de convite realizado pela gerente da IPECS e, posteriormente, pelo contato com a própria pesquisadora com as mulheres voluntariamente interessas em participar.

Além disso, no momento que antecedeu cada entrevista, foi apresentado o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, constando de forma clara e acessível sobre a pesquisa e seus riscos, estando de acordo com a Resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, a qual determina diretrizes éticas particulares para as pesquisas da área de ciências humanas e sociais (Brasil, 2016).

Ademais, as entrevistas foram realizadas no próprio EES, em algum ambiente em que seja possível para a entrevistada responder as perguntas de forma confortável e livre, porém caso isso não fosse possível, a pesquisadora ofereceu que a entrevista fosse realizada no Espaço Kaparaó, onde também funciona a IPECS e é um ambiente já conhecido pelos EES e suas cooperadas/associadas, porém não foi necessária a utilização deste espaço.

Foram solicitados à IPECS dados censitários de questões socioeconômicas sobre cooperadas e associadas, a partir do banco de dados da própria Incubadora, para a análise de dados socioeconômicos relevantes, como renda mensal e número de dependentes – por exemplo –, chamados de dados factuais por Luna (2007), os quais ainda não possuem qualquer tipo de identificação daqueles que optaram por respondê-lo. Luna (2007) diferencia a clareza imediata das informações factuais da complexidade inerente às declarações opinativas. Estas últimas, por carregarem juízos de valor, requerem um esforço interpretativo mais aguçado por parte do investigador, que deve ser capaz de decifrar as nuances e as intenções por trás das informações emitidas.

Ainda sobre os dados censitários, cabe elucidar que eles foram solicitados pela pesquisadora aos servidores da IPECS em janeiro de 2021, para a realização de um trabalho de disciplina (artigo de Econometria), portanto os dados socioeconômicos solicitados eram abertos para qualquer membro de EES incubado responder, independente de gênero ou tipo de EES. Após isso, uma nova “rodada” de pedidos para cooperadas(os) e associadas(os) desses EES foi feita em julho de 2021, para este trabalho. Logo, tanto as questões das entrevistas (Anexo II) quanto as do questionário (Anexo I) foram feitas em parceria com a IPECS).

Por fim, os dados serão analisados pensando (i) na situação socioeconômica das mulheres dos EES selecionados, (ii) na relação delas com o espaço do trabalho e (iii) na relação entre

as mulheres, podendo visualizar a autonomia (ou a falta dela) dessas mulheres na questão financeira, dentro de um espaço teoricamente democrático, e em relação às questões de gênero.

1.1. METODOLOGIA DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise do ponto (i) é feita a partir da coleta dos dados censitários realizados pela IPECS, utilizando-se de estatística descritiva; do ponto (ii) feita a partir das respostas obtidas nas entrevistas, analisadas a partir da Análise de Conteúdo, mais especificamente a linha a partir de Bardin (1977) e amparada por Richardson (1999), pensando nas características dos enunciados proferidos pelas entrevistas; e do ponto (iii) podendo ser feita das fontes dos pontos anteriores.

1.1.1. Análise de Conteúdo

Conforme apontam Milan, Möller e Wobeto (2022), este tipo de metodologia de análise não é típica de trabalhos de pesquisa realizados no campo da economia, porém é uma metodologia comumente utilizada em trabalhos cujo ponto principal é entrevistar mulheres afim de investigar problemas inerentes a questões como violência de gênero e outras dificuldades advindas por serem mulheres (Zancan; Wassermann; Lima, 2013; Perucchi; Beirão, 2003; Kind *et al*, 2013)⁶, além de ser indicado pelo manual de metodologia em economia criativa “Métodos E Técnicas De Pesquisa Para Economia Criativa E Da Cultura” (Milan; Möller; Wobeto, 2022), tendo em vista que não foi encontrado algum manual assim para a ESOL.

Para Bardin (1977), a Análise de Conteúdo nada mais é que um determinado grupo de técnicas utilizadas para analisar a comunicação a fim de obter, a partir de processos “sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42).

De acordo com Richardson (1999) e Bardin (1997), a análise de conteúdo possui uma faceta conceitual e outra relacional. A primeira faceta se debruça sobre a análise da frequência da presença de conceitos, sejam eles manifestos ou latentes, enquanto a sua segunda faceta analisa as relações entre conceitos, pensando em como eles estão organizados ou interligados em uma determinada mensagem. Nessa metodologia há três etapas, sendo elas: (i) pré-análise:

diz respeito a primeira leitura do material (leitura flutuante) e primeiras impressões sobre os fenômenos sociais estudados; (ii) exploração do material: é a parte da pesquisa em que se codifica (recorta texto em unidades de registro, base para a categorização), categoriza (classificação dos elementos, por semelhança ou analogia, levando em consideração a exclusão mútua e homogeneidade) e, em alguns casos, quantifica as informações analisadas; e (iii) tratamento/interpretação dos resultados: dialogando com o referencial teórico da etapa (i), busca captar o que foi dito e o que está “escondido” dentro das falas, além disso, “é preciso determinar as unidades de conteúdo que serão consideradas (recortes), selecionar quais serão as regras de numeração e definir as categorias de análise” (Milan; Möller; Wobeto, 2022).

Segundo Richardson (1999), o processo analítico pode recair sobre diversos objetos, incluindo palavras isoladas, temas centrais ou construções frasais. Essa diversidade de possibilidades assegura que a análise de conteúdo seja aplicada de forma precisa, respeitando a profundidade dos dados obtidos durante a fase de campo. Para organizar esse volume de informações, aplicam-se critérios de categorização que variam entre a análise do sentido (semântico) e a análise da forma (sintático), assim, conforme Bardin (1977), essa classificação é flexível, sendo que o pesquisador possui a autonomia para eleger os critérios que melhor dialoguem com o fenômeno investigado e com o contexto do estudo.

Portanto, a escolha da metodologia se justifica de forma que Bardin (1977) pontua que a entrevista é uma das matérias-primas da Análise de Conteúdo, somando-se com “a perspectiva da economia feminista direciona uma crítica que propõe um olhar estranho à tradição econômica” (Fernandez, 2018), ou seja, que traz um olhar diferente para a economia, pautada na questão das mulheres, conforme explicitado no início dessa seção.

2. Discussão Teórica Conceitual

2.1. COMPREENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O debate acerca da definição da ESOL é marcado pela teoria dada através da prática (Sanches; Morais, 2020), demonstrando a complexidade da definição conceitual sobre o tema (Morais; Bacic, 2010) e fazendo com que chegar a uma só definição sobre a ESOL seja uma tarefa nada fácil (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008; Souza, 2012).

⁶ Além destes utilizados no presente trabalho, Silva e Oliveira (2015) identificaram 25 artigos entre 2009 e 2013 que utilizaram a metodologia para analisar questões relacionadas às mulheres.

Essa economia, voltada para o social e partir de questões da sociedade civil (Morais, 2013), é chamada também de “Economia Social” (termo mais usado em outros países da América Latina e na Europa), “Terceiro Setor” (termo mais frequentemente empregado na América do Norte), “Economia Social e Solidária” (ESS), entre outras nomenclaturas. Bonumá (2015) escreve que essa economia surge de diferentes formas e lugares durante toda a história do capitalismo. Mesmo com fronteiras difíceis de delimitar (Monzón, 2006), pode-se dizer que a ESS trata especificamente de organizações que possuem como base a solidariedade e a participação dos membros e normalmente são produtoras de bens e serviços que também possuem objetivos sociais, além dos econômicos (Fonteneau *et al.* 2010), mas mesmo com uma definição muito parecida com a da ESOL, ainda não é o termo mais difundido no Brasil (RUIZ *et al.* 2022).

ESOL, o termo mais empregado no Brasil, foi cunhado por Paul Singer de maneira pioneira, com registros a partir de 1996 (Arcanjo; Oliveira, 2017). Singer foi um economista, professor e autor da área que também atuou em movimentos sindicalistas (Souza, 2018) que, pela sua trajetória, também foi nomeado para ser o secretário executivo da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) desde sua fundação (em 2003), até pedir para sair do cargo após o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (em 2016). A ESOL possui este nome relacionado à solidariedade, pois, “economia” unida a “solidária” possui um

contraste com o individualismo competitivo, característico do comportamento econômico das empresas capitalistas. Sob este conceito se aglutinam um conjunto de organizações que, de um lado, fomentam a solidariedade entre os membros a partir da autogestão e, por outro, praticam a solidariedade entre os trabalhadores em geral, com maior ênfase nos mais desfavorecidos (Morais, 2013, p. 66).

Ainda se pode dizer que ESOL,

sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade. Isso ocorre, seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo (Moura; Meira, 2002, p. 78).

Paul Singer, descreve a ESOL como um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (Singer, 2002, p. 10)⁷, este foi criado “por operários, nos primórdios do capitalismo industrial,

⁷ Gaiger (2003) considera “audacioso” o fato de Singer e outros autores (Tiriba, 1997; Verano, 2001) descreverem a ESOL como outro modo de produção. Mesmo que Gaiger concorde que a forma social de produção dentro dos EES seja composta por práticas como propriedade social dos meios de produção, o controle de decisão ser coletivo e com paridade de decisão, entre outros (Gaiger, 2003), o autor escreve que para ser

como resposta à pobreza e ao desemprego” (Singer, 2002, p. 83), sendo um modelo econômico que se opõe aos ideais capitalistas desde suas raízes. Essa oposição é feita de maneira que, por ser trabalho associado, o trabalhador possui um papel definido coletivamente, sendo ele um participante ativo, com responsabilidades e poderes dentro do empreendimento, sendo um trabalho emancipador e não alienante (Singer, 1999). Isso se dá, pois a partir da forma com que a ESOL é constituída, ela discorda de que a racionalidade econômica seja superior à consideração em relação às pessoas (Gaiger, 2008).

Além dos princípios assinalados por Singer (2002), há também os da solidariedade, da autogestão, da democracia e da cooperação (Leal; Rodrigues, 2018; Azambuja, 2009; Leite, 2009; Gaiger, 2008; Oliveira, 2008; Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008), ademais a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS)⁸ acrescenta a centralidade no ser humano, a justiça social na produção, a valorização do saber das pessoas dos territórios, o cuidado com o meio ambiente e a valorização da diversidade.

2.1.1. A célula básica da ESOL: Os empreendimentos de economia solidária.

Singer (1997), defende a ideia de haver produtores autônomos que assegurem para cada um, mediante solidariedade, um mercado para que possam introduzir seus produtos, também economias externas, de crédito e orientações convenientes à sustentabilidade de organizações solidárias. Essas organizações solidárias são chamadas de “Empreendimentos de Economia Solidária” (EES) e podem ser cooperativas, associações, organizações não governamentais (ONGs), fundações, organizações comunitárias informais, entre outras, com capacidade para estar em todos os setores da economia (Moraes, 2013; Gaiger, 2008).

Paiva (2017) considera que no Brasil, os EES são uma possibilidade para gerar emprego e renda e combater o desemprego de uma fração dos brasileiros vulneráveis econômica e socialmente, com baixo nível de escolaridade e qualificação profissional e que não possuem quadros favoráveis para abrir um empreendimento próprio. Gaiger (2007), pondera que os EES funcionam não apenas como geração de trabalho e renda, mas são importantes agentes de fortalecimento dos sujeitos envolvidos e formação de grupos com habilidade de ação, logo, de promover participação concreta e democrática.

considerado como um novo modo de produção, seria necessário romper totalmente com o capitalismo, trazendo também uma sociedade pós-capitalista, não apenas uma forma diferente de “sobreviver” neste sistema. Mas, este debate é extenso e cheio de contradições, como uma indicada por Wellen (2008), em que escreve que a autogestão, base da ESOL, é oposta ao modelo de trabalho proposto pelo capitalismo, mesmo que, conforme lembrado por Gaiger (2003), os EES ainda realizam trocas comerciais com um mundo capitalista.

⁸ <https://unicopas.org.br/economia-solidaria/>

Mas é válido dizer que esses EES sozinhos não possuem capacidade de superar o sistema capitalista, inclusive os EES menores não possuem estrutura adequada para competir com empresas capitalistas tradicionais sem apoio de um “ecossistema” solidário (Sanches, 2019).

Para Moraes (2013), a ESOL pode surgir como uma alternativa ao desemprego e a desigualdade social (males da economia capitalista, de acordo com o autor), pois esta é capaz de inserir os trabalhadores (principalmente os desempregados, mas as vezes em situação de trabalho informal) em atividades econômicas, fazendo com que haja uma redução dos níveis de desigualdade, ou seja, a ESOL está associada às

estratégias de sobrevivência e/ou a ações contestativas (sic) ou alternativas ao modo de produção capitalista e seus desdobramentos negativos (desigualdade, falta de oportunidades e de renda, etc.) (Moraes, 2013, p. 80).

Couto, Santos e Guerra (2012), dialogam diretamente com o que é apontado por Moraes (2013) ao apontarem que,

a ESOL encontra-se, portanto, associada às respostas inventariadas para colmatar as necessidades sociais de grupos em exclusão social, e o seu campo de atuação articula-se em torno do mercado, do Estado e da reciprocidade (2012, p. 49).

Oliveira (2013), concorda com o apontado acima ao dizer que a ESOL “tem sido uma estratégia de enfrentamento dos processos de exclusão social e de precarização do trabalho, que acompanham o desenvolvimento do capitalismo, em que se produz riqueza gerando miséria” (Oliveira, 2013, p. 3).

Souza (2012), complementa esta ideia afirmando que a ESOL não se limita a parte de inclusão produtiva e transferência de renda, mas também envolve aspectos culturais, do contexto social e subjetivos do meio em que o empreendimento está inserido, como acontece com o melhoramento da autoestima de trabalhadores envolvidos no EES. Para Gaiger (2007), com a cooperação entre EES, formando um apoio mútuo, possuem tendência a auxiliar no fortalecimento dos indivíduos envolvidos nesses empreendimentos, propiciando a estes uma maior autonomia, confiança e, conseqüentemente, maiores oportunidades de promover a igualdade. Isso é chamado de cooperativismo de segundo grau (Faria; Lucas, 2003; Costa, 2007).

Mas é importante ressaltar que até mesmo em contexto da ESOL (e em empreendimentos solidários), é preciso estar atento às questões de gênero, porque existe um “risco iminente de reproduzir a histórica divisão sexual do trabalho e a ‘falsa’ igualdade, que

alimenta a estrutura dual construída pela sociedade capitalista” (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008, p. 9).

2.2. ECONOMIA FEMINISTA E A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Assim como acontece com a ESOL, na economia feminista também não há uma definição única para sua base, de acordo com Teixeira (2017), um dos poucos pontos de intersecção na abordagem feminista da economia é a crítica à economia hegemônica neoclássica (capitalista) e Grecco (2018), complementa esta linha colocando como consenso o questionamento da existência de um “*homo economicus*” neutro e egoísta⁹, pois a economia feminista não considera apenas as transações monetárias. Esses questionamentos podem acontecer de maneiras diferentes de acordo com a ligação com diferentes linhas feministas, lugares e épocas.

Historicamente, as mulheres foram colocadas em uma posição de invisibilidade e subjugação perante os homens, sendo definidas a partir do que o homem não é, ou seja, são um segundo sexo (Beauvoir, 1980) e até hoje são consideradas “cidadãs de segunda categoria” (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008, p. 6). É a partir dessa ideia que os homens ficam encarregados de exercerem funções da vida pública, consideradas mais relevantes, e as mulheres ficam com o que lhes resta, as atividades dentro de casa, com menor destaque (Grimm; Estevam; Salvaro, 2018, p. 2).

A condição das mulheres em estarem na situação de oprimidas, com controle do trabalho que podem (ou devem) exercer (além do controle de sua sexualidade e de sua liberdade) estão pautadas no sistema patriarcal, denominado por ser um regime de exploração e/ou dominação das mulheres pelos homens (Saffioti, 2004). Segundo Guedes e Fonseca (2011), o pressuposto do patriarcado – do poder dos homens sobre as mulheres – é totalmente incompatível com a ideia de igualdade entre os seres humanos.

É interessante compreender que Saffioti (1997) trabalha com um conceito do patriarcado unido com o capitalismo e o racismo, trazendo uma fusão e alimentação entre uma e outras, o que torna sua análise complexa¹⁰ e Crenshaw (2002) concorda ao afirmar que

⁹ Além da falsa neutralidade do “*homo economicus*”, Hirata e Kergoat (2008) alarmam para o fato de que o pobre e o vulnerável também são construídos em referência ao assalariado que trabalha o tempo todo e por toda a eternidade, de forma atemporal, uma crítica necessária das autoras para a inserção de gênero nos estudos econômicos.

¹⁰ “Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é

questões de gênero, classe e raça não são hierarquizáveis, mas sim categorias que igualmente atuam na produção de desigualdades.

As teorias da economia feminista tentam identificar as raízes da opressão que a mulher sofre no patriarcado e como as teorias econômicas a desprezam, já que consideram o agente da economia é um ser racional associado ao homem branco, excluindo as mulheres e as contribuições de seus trabalhos, considerados invisíveis (Grecco, 2018).

A economia feminista então vai trazer o debate sobre a mensuração do trabalho doméstico não remunerado (trabalho invisível), a questão da distribuição dos afazeres domésticos (que acabam ficando a cargo somente da mulher) e a segregação ocupacional e setorial enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho (Teixeira, 2017), ademais, busca mudar a realidade socioeconômica tanto na teoria quanto na política, o que é muito importante tendo em vista que o trabalho das donas de casa também faz parte da estrutura produtiva do capitalismo¹¹ (Bengoa, 2017; Picchio, 1992).

Isso significa que a economia feminista busca romper com a Divisão Sexual do Trabalho. A Divisão Sexual do Trabalho é dada pela relação homem-mulher, em que há trabalhos destinados ao homem e trabalhos destinados à mulher. A remuneração masculina é mais elevada, por serem trabalhos considerados mais relevantes ou mais difíceis, enquanto a feminina ou é inferior ou é inexistente, por serem trabalhos domésticos, que não produzem riqueza diretamente ou por serem considerados mais fáceis (Kergoat, 2009). Em outras palavras,

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado (Kergoat, 2003, p. 55).

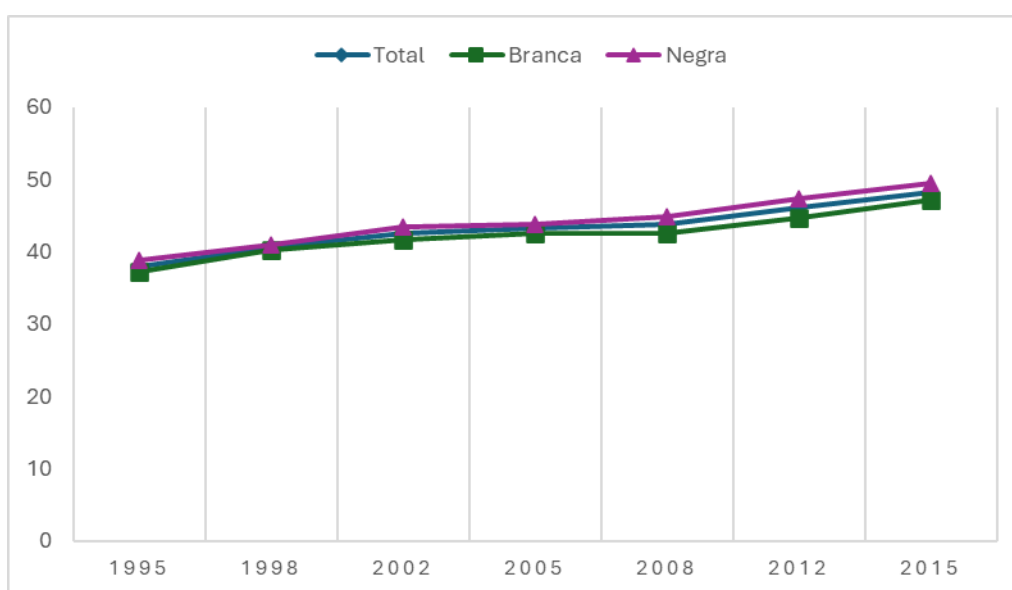
No Brasil, por exemplo, segundo os dados da PNAD Contínua de 2019, o rendimento habitual médio de um homem era de R\$2.555,00 (sendo a média de um homem branco a maior observada, de R\$3.388,00, e a de um homem negro no valor de R\$1.881), enquanto de uma mulher era de R\$1.985,00 (sendo a média de uma mulher branca um valor de R\$2.526,00 e de uma mulher negra o valor médio mais baixo observado: apenas R\$1.471,00).

triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (Saffioti, 2004, p. 223)

¹¹ “Assim como existe um “segundo sexo”, existe uma “segunda economia”. O trabalho tradicionalmente executado por homens é o que conta. Ele define a visão de mundo econômica. O trabalho da mulher é “o outro”. É tudo que ele não faz, mas de que depende para poder fazer o que faz.” (Marçal, 2017, p. 26).

Como reflexo da Divisão Sexual do Trabalho na sociedade, é possível notar a disparidade de contribuição da renda das mulheres dentro de suas famílias, quando comparadas com as dos homens. A seguir, no Gráfico 1, pode-se observar a proporção da renda das mulheres na renda mensal familiar no período de 1995 a 2015, em todo território nacional, em que representa o fato de que com o passar dos anos, mesmo chegando perto de ser metade da renda mensal familiar, não chega a essa marca.

Gráfico 1 - Proporção da renda das mulheres na renda mensal familiar no período de 1995 a 2015 no Brasil, por cor/raça.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.

É interessante notar como a proporção da renda das mulheres negras¹² em relação a renda familiar sempre foi mais elevada que a de mulheres brancas e que da média total em si. Em 1995, a renda mensal das mulheres negras representava 38,9% da renda mensal familiar, enquanto de mulheres brancas era 37,2% e, 20 anos depois, em 2015, a renda mensal das mulheres negras representava um elevado valor de 49,4% da renda mensal familiar, enquanto a das mulheres brancas também saltou, mas para 47,2%.

Há também a teoria de que as mulheres exercem o trabalho doméstico (trabalho “de mulher”), enquanto os homens exercem o trabalho produtivo (trabalho “de homem”) pois as mulheres foram feitas para este serviço: alguns economistas acreditavam que as mulheres

¹² De acordo com o IPEA, foram consideradas negras, mulheres que se declaram como pretas e pardas.

exerciam este papel pois era o que lhes era destinado¹³ e, assim, gerava uma divisão de trabalho mais eficiente dentro do núcleo familiar (pois, se o homem também fizesse o mesmo trabalho que a mulher - e ela o dele, ele ficaria mais cansado e o seu rendimento iria cair (Marçal, 2017).

Sobre o trabalho doméstico, Davis (2016) pontua que

são, afinal de contas, praticamente invisíveis: Ninguém as percebe exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e ilustrado. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas (p.225).

Miriam Nobre (2016), sustenta que a ideia do trabalho capitalista (trabalho produtivo) e a do cuidado (trabalho reprodutivo) não são combinados de forma amistosa, mas são obrigações rotineiras que são ininterruptas graças ao uso da força de trabalho das mulheres dentro de casa como variável de ajuste. O trabalho produtivo é um trabalho produtivo para o capital, gerando um produto determinado e, assim, mais-valia, logo há uma relação social com o capital em que o trabalhador é um instrumento de geração de mais-valia (Marx, 1978; Marx, 2006).

É neste sentido que as mulheres possuem um papel essencial para a reprodução do trabalho remunerado dentro do capitalismo. A autora ainda contextualiza:

em tempos neoliberais a resolução de todos os problemas da sociedade é dada pela expansão das relações mercantilizadas. O crescimento do emprego doméstico é uma destas respostas, só sendo possível por uma combinação de desigualdades de gênero, classe, raça e colonialismo (Nobre, 2014, p. 2).

É importante fazer o recorte de que a ideia do pertencimento exclusivo ao espaço doméstico não era para todas as mulheres, essa ideia,

tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos dos viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalhavam fora de casa. Com a industrialização, chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalho em certas indústrias, notadamente nas de tecido (Fonseca, 2001, p. 517).

Marx (2008) também explicita que grandes indústrias têxteis tinham como preferência empregar mulheres e crianças por terem uma força de trabalho produtivo mais barata que a de homens adultos. Esse é um dos fatos que justificava a questão da alocação do trabalho da

¹³ São tarefas que requerem habilidades consideradas como pertencentes a “natureza feminina” e estas por serem tidas como pré-existent desqualificam o trabalho da mulher que recebe menos pelas tarefas realizadas (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008, p. 6).

mulher no trabalho reprodutivo é otimizador para o trabalho produtivo do homem (Marçal, 2017; Nobre, 2014).

Logo, como apontado por Pessoa, Ramos e Peixoto (2008) as esferas produtivas e reprodutivas não se mantêm tão rígidas, responsabilizando mulheres pelo trabalho produtivo e pelos cuidados domésticos. O que significa que as mulheres (principalmente) pobres vivem uma dupla jornada de trabalho, sendo uma jornada a do trabalho fora do ambiente doméstico e a outra jornada tratando do trabalho doméstico, o que acontece pelo fato dos afazeres domésticos continuarem sendo obrigação exclusiva dessas mulheres (Almeida, 2021), ressalta-se ainda que todo o esforço dessas mulheres no trabalho fora de casa não diminuiu a responsabilidade das mesmas perante o trabalho que deveria ser feito dentro de casa (Paulon, 2010).

Segundo a PNAD Contínua de 2019, é possível notar que as horas dedicadas ao cuidado são díspares quando se compara mulheres e homens, concordando com o destacado por Almeida (2021) e Paulon (2010). De acordo com estes dados, é nítido que, mesmo as mulheres (brancas e negras) estando ativas no mercado de trabalho (ocupadas) elas ainda possuem mais horas de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos.

Tabela 1 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo e raça/etnia, comparando pessoas ocupadas e não ocupadas.

	Sem considerar		Ocupadas	
	Brancas	Negras	Brancas	Negras
Mulheres	20,7	22,0	17,7	19,2
Homens	10,9	11,0	10,3	10,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2019.

Adaptado pela autora.

Portanto, as mulheres se veem obrigadas a lidar com uma carga maior de trabalho (dentro e fora de casa), diferenças nos valores de remuneração dos trabalhos, maior dificuldade em acessar trabalhos executivos e de liderança¹⁴, entre outras coisas, por causa de

¹⁴ De acordo com o *Global Gender Gap Report* de 2022, do Fórum Econômico Mundial, as mulheres não chegam em 50% dos cargos de liderança em nenhum setor econômico, chegando mais próximo deste valor em ONGs e associações (47%), no setor de educação (46%), no setor de bem-estar (45%) e nos serviços de saúde e cuidados (42%). O setor com menor representatividade feminina nos cargos de liderança são os de infraestrutura (16%), manufatura (19%) e energia (20%). Para mais informações, conferir o documento completo em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2022.pdf

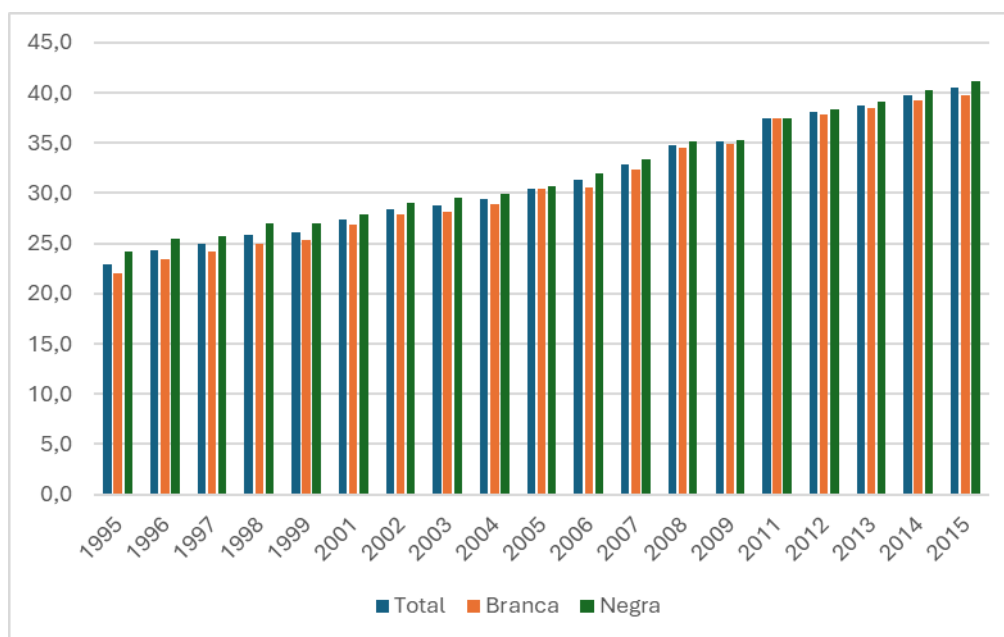
seu gênero (Grimm; Estevam; Salvaro, 2018)¹⁵, como escrito por Borai (2015), “as desigualdades experimentadas pelas mulheres no mercado de trabalho estão associadas não apenas a suas maiores responsabilidades familiares, mas também à persistência de estereótipos de gênero sobre o engajamento profissional feminino”. (p. 351).

Fazendo coro com a ideia de que o pertencimento exclusivamente doméstico não era algo para todas as mulheres, Carneiro (2013) diz:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas ou nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... (p. 1)

Com isso, é relevante os números presentes no Gráfico 2 a seguir. Nele é possível observar a proporção de famílias chefiadas por mulheres por ano, sendo o valor total da proporção e também contendo recorte de raça/etnia. Nele se nota que as famílias chefiadas por mulheres cresceram constantemente desde o início da pesquisa e que, também desde seu início, as famílias chefiadas por mulheres negras representaram um número maior do que as chefiadas por mulheres brancas, mesmo que essa diferença seja percentualmente baixa e com uma disparidade maior na segunda metade da década de 1990.

Gráfico 2 – Proporção de família chefiadas por mulheres, de 1995 a 2015, por raça/etnia.



¹⁵ Em relação às jornadas de trabalho, e outras questões sociais e de gênero, Saffioti (1997) afirma que no patriarcado o homem branco, rico e adulto é o grande beneficiado, enquanto para as mulheres, os privilégios são

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.

Além disso, na Tabela 1, pode-se ver o número de famílias chefiadas por mulheres e por homens, contendo o recorte de raça/etnia. Nesta tabela é possível constatar a crescente nas famílias chefiadas por mulheres que foi demonstrado no Gráfico 2, além de demonstrar em números o que é uma pequena diferença percentual nas famílias chefiadas por mulheres brancas e negras: em 2015, há uma diferença de aproximadamente três milhões de famílias a mais que são chefiadas por mulheres negras.

Tabela 2 – Número de famílias chefiadas por mulheres e por homens, de 1995 a 2015, por raça/etnia.

		1995	1998	2002	2005	2008	2012	2015
Mulheres	Branca	5.194.349	6.327.134	7.991.203	8.952.756	10.436.210	11.846.094	12.741.942
	Negra	4.360.761	5.297.064	6.847.233	8.554.045	10.798.711	13.398.798	15.872.953
	Total	9.555.110	11.624.198	14.838.436	17.506.801	21.234.921	25.244.892	28.614.895
Homens	Branco	18.447.787	18.935.310	20.639.891	20.524.046	19.857.117	19.462.265	19.315.377
	Negro	13.689.987	14.298.634	16.758.365	19.306.394	19.920.309	21.594.565	22.707.595
	Total	32.137.774	33.233.944	37.398.256	39.830.440	39.777.426	41.056.830	42.022.972

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Adaptado pela autora.

O Gráfico 2 e a Tabela 1 corroboram com a ideia de uma mudança na sociedade em relação a participação das mulheres na família, em que as mulheres passam a romper papéis limitados de sujeitas ao espaço privado e na não sinergia entre trabalho doméstico e trabalho produtivo, já que as mulheres assumem o papel de chefe de família, quanto provedoras, mas não deixam de ter a sua responsabilidade doméstica, como citado por Almeida (2021), Pessoa, Ramos e Peixoto (2008) e Schneider (2010).

No Brasil, como apontam Barbosa *et al.* (2022) e Guérin (2003), mesmo com uma maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, passando por uma mudança cultural, social e econômica, ainda existe uma desigualdade nas relações trabalhistas, o que, para Pessoa, Ramos e Peixoto (2008), resulta em uma distribuição de recursos econômicos e de poder ocorrendo de forma desigual na sociedade. Tratando-se de pobreza e de gênero, é relevante citar a violência doméstica, a vulnerabilidade das mulheres e a sua falta de

diferentes a depender de classe social e raça, todas são dominadas/exploradas, porém de formas diferentes.

autonomia, questões que permeiam mulheres pobres (Costa *et al*, 2005). Assim, faz-se necessário discutir sobre o que é a autonomia da mulher e como isso pode gerar igualdade.

2.2.1. *Autonomia da mulher*

De acordo com a sua etimologia, a palavra “autonomia” representa o poder de se dar a própria lei, ou seja, dar-se a capacidade e possibilidade dos indivíduos e grupos decidirem livremente sobre suas ações na vida (Guedes; Fonseca, 2011). Fernandes e Mota (2014) trazem a autonomia baseada na “autodeterminação do indivíduo para organizar seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles, como a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não” (Fernandes; Mota, 2014, p. 10).

Guedes e Fonseca consideram a autonomia feminina como “a capacidade e as condições concretas que permitem às mulheres tomarem livremente as decisões que afetam as suas vidas e o poder de agir segundo tais decisões” (Guedes; Fonseca, 2011, p. 1732). Indo na mesma direção, Jelin (2004) indica a autonomia feminina como “capacidade de tomar decisões próprias, baseadas na informação e no conhecimento, mas em conjunto com o reconhecimento dos próprios desejos” (p. 24). Concordando com as autoras supracitadas, ainda há a perspectiva de Soares (2011), na qual a autora diz que a autonomia feminina é “a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico” (p. 281).

De acordo com Costa (2000) e Schefler (2013), a ideia de autonomia feminina está intimamente ligada com empoderamento e este, por sua vez, conecta-se com a ideia econômica, o de controle sobre o próprio corpo, da escolha de como exercer sua sexualidade, do seu direito de ir e vir e da proteção às violações e abusos sofridos pelas mulheres, logo, é uma ideia que flui entre o aspecto individual e coletivo. Sobre a autonomia econômica Schefler (2013), ainda diz:

a autonomia econômica dessas mulheres poderia significar, para além da melhoria de suas condições de vida, a possibilidade de a mulher passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal, ampliando o poder de decisão sobre seu uso, a perspectiva de transformar as tradicionais estruturas de dominação, influenciando, inclusive, as manifestações de violência presentes nestes contextos (Schefler, 2013, p. 16).

Para Mariano e Souza (2019), o reconhecimento das mulheres como indivíduos é necessário para reconhecer a autonomia feminina, mas também é necessário considerar

relações sociais, como as relações familiares, políticas e de trabalho, para poder analisar de forma concreta as relações de autonomia (ou não autonomia) da mulher com o seu entorno.

Indo de encontro com a ideia de que o poder de decisão é importantíssimo para a autonomia das mulheres (Costa, 2000; Guedes; Fonseca, 2011; Jelin, 2004; Scheffler, 2013; Soares, 2011), Mariano e Souza (2019) realizaram uma pesquisa com 190 mulheres de Curitiba e Fortaleza e, entre as perguntas realizadas nesta pesquisa, foi questionado sobre quais tópicos as mulheres podem decidir dentro de seus espaços domésticos. Destaca-se alguns pontos relevantes para o debate deste trabalho: aproximadamente 25% das mulheres respondentes de Curitiba e 12% das mulheres respondentes de Fortaleza não podem decidir lugares que elas podem frequentar; enquanto isso, um pouco mais de 5% das mulheres de Curitiba e 10% das mulheres de Fortaleza não podem decidir sobre trabalhar ou não. Em relação a gastos domésticos, um pouco mais da metade das respondentes curitibanas e aproximadamente 62% das fortalezenses podem opinar sobre a compra de bens duráveis, além de que menos de 70% das fortalezenses e menos de 80% das curitibanas podem opinar em relação ao gosto com a comida que se come na casa (Mariano; Souza, 2019).

As pesquisadoras também fizeram um recorte com as mulheres casadas para avaliar as mesmas questões e acabaram ficando 38 mulheres de Fortaleza e 42 mulheres de Curitiba. Dessas, um pouco mais de 40% das curitibanas e cerca de 30% das fortalezenses não podem opinar sobre lugares que podem frequentar, quase 30% das mulheres de Curitiba e 10% das mulheres de Fortaleza não podem decidir sobre trabalhar ou não. Sobre os gastos domésticos, apenas aproximadamente 30% das curitibanas casadas e 35% das fortalezenses casadas podem opinar sobre a compra de bens duráveis. Há uma grande diferença entre os gastos com a comida: enquanto apenas 40% das mulheres casadas de Fortaleza também opinam sobre ela, aproximadamente 70% das mulheres casadas de Curitiba responderam de forma positiva para a participação nesse tipo de decisão (Mariano; Souza, 2019).

Este tipo de pesquisa é de extrema importância pois evidencia se os sinais de autonomia destacados na teoria são, outrossim, vistos no cotidiano das mulheres brasileiras.

Ademais é importante trazer a questão da deformação de preferências das mulheres para suas escolhas (que imbricam – ou não) na sua autonomia, que é colocada por Nussbaum (2002). Este ponto de extrema relevância para um olhar interseccional pois relembra que existem contextos que limitam a autonomia da mulher a partir de opressões vivenciadas no dia a dia. Assim, mulheres pobres e/ou negras se deparam com “deformação” de suas preferências pois existem práticas sociais que limitam seus desejos e, conseqüentemente, limitam as suas escolhas, logo, interferem diretamente em sua autonomia.

Não somente, mas de forma relevante, o trabalho remunerado pode ser considerado como uma grande estratégia para se alcançar autonomia sendo mulher (Borai, 2015). Para Sarti (1997), o trabalho remunerado foi considerado por mais de uma corrente feminista (como a radical, a liberal e a feminista), como uma primeira condição da libertação feminina por incluir novamente a mulher dentro do espaço público, enquanto na esfera doméstica reside a raiz da opressão de gênero (Borai, 2015; Sarti, 1997).¹⁶

Quando a Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (Cepal) tratou da autonomia (Cepal, 2010), a comissão usou como um de seus indicadores o tempo total trabalhado, incluindo o trabalho remunerado e o trabalho em tarefas domésticas e de cuidado e em um estudo realizado com 12 países da América Latina, foi constatado que o tempo reduzido dos homens voltado para o trabalho doméstico faz com que as mulheres passem mais tempo neste tipo de trabalho, o que acaba diminuindo a autonomia feminina (Cepal, 2010). Estes dados conversam com os dados apresentados anteriormente na Tabela 1.

Por fim, a autonomia ainda pode ser classificada como uma relação mais equilibrada entre os componentes de uma família no que tange os processos de trabalho e o gozo de direitos (Vale, 2015) e, tratando-se de direitos, Barbosa (2013), conclui-se, que as mulheres só conseguem alcançar a sua autonomia quando existe um engajamento social e político, trazendo à luz as questões da submissão de que muitas mulheres são vítimas, fazendo com que seja notada a urgência da sua superação e do pleno usufruto dos direitos das mulheres. Por isso se faz tão necessário compreender o que são redes de apoio, que podem ser grupos para ajudar as mulheres a romperem com aspectos que sufocam sua autonomia e minam seu uso de direitos, e essas redes serão abordadas na próxima seção.

2.2.2. *Rede de apoio*

Neste trabalho, como será visto na parte de apresentação de resultados, foi utilizado o termo “Rede de apoio” para realizar as entrevistas, quando tratando-se de amigos, familiares, colegas de trabalho e aparelhos do Estado que podem estar no entorno da mulher entrevistada, seja ela vítima, possível vítima ou não vítima de algum tipo de violência doméstica ou que tenha (ou não) a sua autonomia ameaçada (Baragatti et al, 2019; Pontes et al, 2021; Santi; Nakano; Lattiere, 2010).

¹⁶ É necessário que não se esqueça do debate anteriormente feito sobre a questão da mulher negra não pertencer a essa “clausura” de gênero que é centro de discussões de algumas correntes feministas. A mulher negra e, essencialmente, a mulher pobre, de uma forma ou de outra, precisaram se manter sempre trabalhando tanto na esfera reprodutiva (do espaço privado) quanto na esfera produtiva (do espaço público).

Dentre as redes de apoio, existem as redes formais de apoio, caracterizadas por Pontes, Dionísio, Bertho, Grama, & D’Affonseca (2021) como órgãos públicos, sendo alguns deles:

Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência; Casas de Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; núcleos especializados de atendimento às mulheres nas delegacias comuns; Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas; Promotorias Especializadas; Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidoria da Mulher; serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica. (Pontes et al, 2021, p. 191)

No município de Araraquara, onde foi feita a pesquisa de campo deste trabalho, existem os seguintes órgãos de rede de apoio formal: Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), o Centro de Referência da Mulher “Heleieth Saffioti”, Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência “Alaíde Aparecida Kuranaga” e a Casa das Margaridas “Yasmin da Silva Nery” (de acolhimento temporário). Além disso, conforme Baragatti, *et al* (2019), os órgãos de saúde dos municípios também podem fazer parte da rede de apoio formal às vítimas de violência.

As amizades feitas dentro dos EES, por exemplo, podem se encaixar na classificação de rede de apoio informal, composta por amigos e familiares das vítimas, conforme apontado por Gregory *et al* (2019) e Baragatti *et al* (2019). As autoras ainda afirmam, de maneira geral, que as mulheres são capazes de apontar pelo menos uma pessoa de seu convívio capaz de lhe oferecer apoio em situações de pós violência e, ademais, acredita-se que a rede de apoio informal costuma ser a primeira escolha para as vítimas procurarem, o que pode significar ser “a chave para a ativação da rede de apoio formal” (Pontes *et al*, 2021, p. 189), sendo uma ponte entre a vítima e a rede de apoio formal.

Isso dialoga com a pesquisa realizada por D’Oliveira e Schraiber (2013), cujos resultados demonstraram que 73,9% das mulheres vítimas de violência no município de São Paulo buscaram apoio da rede informal, enquanto somente 33,8% dessas mulheres buscaram primeiramente os serviços de apoio especializados, ou seja, a rede de apoio formal¹⁷.

Então a família, amigos ou pessoas com outros vínculos de socialização com a vítima (Dutra, Prates, Nakamura & Villela, 2013), ou seja, a rede de apoio informal dela, pode ser uma ferramenta importante para as mulheres procurarem ajuda formal, em órgãos competentes, por se sentirem seguras com essas pessoas, como indica Pontes et al (2021). A

¹⁷ É ainda interessante trazer as motivações para a busca de ajuda ativando as redes de apoio: “As razões relatadas pelas mulheres para a busca de serviços para combater a violência foram majoritariamente “não aguentava mais” e “muito machucada, medo de que ele a matasse”. Por outro lado, as que não buscaram serviços justificaram de forma mais frequente não terem procurado ajuda formal dizendo que “a violência é normal”, ou seja, banalizando a violência.” (D’Oliveira; Schraiber, 2013, p. 136)

essência dos EES femininos reside na sua capacidade de atuar como um sistema orgânico de suporte, uma vez que, embora promovam a emancipação econômica, esses empreendimentos se destacam por serem territórios de socialização onde a criação de laços transforma o grupo em uma rede de auxílio essencial para as mulheres dentro destes empreendimentos.

Ademais, existe outra abordagem para tratar das redes que permeiam as mulheres, principalmente as vítimas de violência doméstica, que é a das redes sociais. Ela é bem próxima do que se compreende como rede de apoio, baseando-se na análise das relações que as mulheres estabelecem o seu entorno e refletindo sobre a complexidade dessas relações (Dutra *et al*, 2013).

Elas podem ser definidas como

uma trama de relações que conferem a cada sujeito identidade e sentimento de pertença. A estrutura da rede é formada pelo conjunto de laços perceptíveis que se estabelecem entre pessoas e redes. Esses laços, quando acionados, geram conexões que dão forma às redes. A estrutura atribui flexibilidade, transparência, resistência, sinergia das forças e duplicidade à realidade da rede social. (Netto *et al*, 2017a. p. 2)

Ou seja, são redes que se formam a partir de vínculos perceptíveis e geram conexões entre as mulheres e outros indivíduos, ou hábitos, ou costumes etc. (Dutra *et al*, 2013; Netto *et al*, 2017b). Estes vínculos formados com familiares, amigos, vizinhos, ou instituições como associações comunitárias (inclusive igrejas) são substanciais para apoio, visibilidade e resolução de problemas, que muitas vezes fogem da faculdade do Estado (Grossi; Tavares; Oliveira, 2008; Netto *et al*, 2017a).

Seguindo essa linha, na pesquisa feita por Grossi, Tavares e Oliveira (2008), com mulheres vítimas de violência doméstica nos municípios de Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo (todos os três situados no Rio Grande do Sul), foi registrado que quando perguntado para as mulheres sobre pessoas com quem elas podem contar, foram 12 relatos que citaram a mãe, nove relatos que citaram o pai, oito relatos que citaram amigos e, só então, também oito relatos citando profissionais, demonstrando como as redes próximas das mulheres são acionadas antes de qualquer profissional especializado.

2.2.3. *Violência doméstica*

Ademais, é importante traçar a que este trabalho se refere, quando trata de violência sofrida pelas mulheres, de uma violência em especial, dentre as tratadas na Lei Maria da Penha. As violências contra a mulher cometidas por parceiro íntimo que configuram a violência doméstica, podem ser classificadas como: violência física, violência sexual, violência psicológica, violência moral e violência patrimonial (Lei nº 13.340, 2006). Sendo

esta última ressaltada em uma das questões feitas nas entrevistas, que serão descritas nas próximas seções deste trabalho.

De acordo com a Lei Maria da Penha, pode-se definir violência patrimonial por “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (Lei nº 13.340, 2006, n/p). Segundo o estudo de Pereira et al. (2013) realizado em Viçosa (cidade de Minas Gerais), notou-se que a violência patrimonial é marcada por um profundo desconhecimento das vítimas, que frequentemente não a identificam como uma forma de agressão. Essa percepção limitada reflete-se na baixa taxa de registros oficiais, sendo comum que essa violência ocorra de forma sobreposta a outros tipos de violência, dado que somente assim chega a ser notificada, atingindo majoritariamente mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A subnotificação da violência patrimonial é um fenômeno recorrente em diferentes contextos brasileiros, conforme evidenciam outros estudos, a exemplo das pesquisas realizadas em Ceilândia-DF (Oliveira, 2013) e Irati-PR (Santos; Bugai; Karpinski, 2022). Em consonância com os achados de Pereira *et al.* (2013), conforme já tratado, observa-se que essa modalidade de violência raramente é registrada de forma isolada, sendo frequentemente omitida em ocorrências de violência doméstica. Tal cenário revela uma falha generalizada na identificação do problema, que se manifesta tanto no desconhecimento das próprias vítimas quanto na incapacidade dos órgãos públicos em tipificar adequadamente essas agressões quando acompanhadas de outras violações.

Essa invisibilidade é particularmente crítica devido à natureza estratégica da violência patrimonial, que atua como um mecanismo de controle para manter a mulher em um estado de subjugação. Ao restringir o acesso a recursos e bens, o agressor consegue prolongar a permanência da vítima em relacionamentos abusivos, dificultando o rompimento do ciclo de violência. Diante dessa barreira imposta pelo controle financeiro e material, a atuação de redes de apoio se torna um elemento indispensável para viabilizar a emancipação e a segurança dessas mulheres, que muitas vezes acabam não respondendo a outras violências por dependerem financeiramente de seus companheiros (Baptista, 2020; Moura; Silva; Machado, 2019; Oliveira, 2013).

2.3. POR UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA: CONEXÕES POSSÍVEIS

A ESOL, por sua configuração, é vista como uma corrente apta a abraçar pautas de minorias¹⁸ e questões humanitárias, capaz de abordar questões que acabam sendo “esquecidas ou deixadas de lado pela falta de interesse da economia tradicional em resolvê-las, ou até mesmo pelo interesse em que estas não sejam resolvidas” (Grimm; Estevam; Salvaro, 2018, p. 4). Em especial à questão da mulher, a ESOL coloca as mulheres em posição de participação da gestão dos EES, especialmente tratando das relações horizontais, rompendo a associação tradicionalmente feita entre atividades “de mulher” e atividades de servidão (Nobre e Freitas, 2012).

Isso vai de acordo com o que Guérin (2003), sob uma perspectiva da Economia Feminista, escreve que a ESOL engloba uma inovação por sua capacidade de reavaliar as qualidades de reciprocidade e cuidado para com os outros, os quais tradicionalmente foram relegados à esfera de "virtudes" nascidas com as mulheres, entretanto, essas ações são, dentro dos EES, reconhecidas como uma obrigação coletiva com potencial de enriquecer o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo. Logo, tratando-se da divisão sexual do trabalho, pauta muito cara para a Economia Feminista, conforme Nobre e Freitas (2012), a ESOL pode ser uma ferramenta para rompê-la.

Mansilla, Grenzner e Alberich (2014) afirmam que a economia feminista pode trazer contribuições inovadoras para a ESOL, como a ampliação da licença-paternidade¹⁹, diálogo mais horizontal, negociação e aprendizagem através da comunicação e possuir o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras como uma questão central.

Conforme Biroli (2014),

Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias. (p. 31)

Como visto em Ruiz *et al.* (2022), a economia feminista é capaz de criar modelos pioneiros de intervenção para os EES para promover uma gestão inclusiva que contemple uma

¹⁸ Vide como minorias: pessoas pretas, pardas e indígenas; pessoas da comunidade LGBTQIAP+; também mulheres, que podem ser atravessadas por questões de cor e sexualidade ou não.

¹⁹ O machismo da sociedade patriarcal faz com que seja normalizado que os homens não precisam, ou que precisam menos, de licença-paternidade, já que o cuidado acaba sendo um trabalho feminino. Os homens não estão tirando licença para cuidar de seus filhos recém-nascidos porque essa é uma norma cultural difícil de superar (GREENFIELD, 2016). Disponível em: <https://exame.com/carreira/por-que-os-homens-tem-medo-de-tirar-licenca-paternidade/>

gama diversa de pessoas, como apoio mútuo, horizontalidade, criação de redes de apoio, prevenção, atenção e sensibilização contra violências de gênero, entre outras.

Isso ocorre, pois, a Economia Feminista está disposta a abranger questões que não são cotidianamente propostas pelos economistas (mas que acabam sendo abordadas pelos adeptos da ESOL), como é o caso da relação entre trabalho, valor e bem-estar (Coelho, 2009). Enquanto isso, Bonumá (2015) afirma que

As mulheres trazem para a economia solidária um conjunto de reivindicações que contemplam a preocupação não só com as demandas do processo produtivo, mas também com equipamentos e ações para dar conta de necessidades comunitárias e de fomento ao desenvolvimento local. O entrelaçamento destas duas dimensões, sem dúvida, aponta para uma qualificação da economia solidária no sentido de chegar mais perto do que são as carências e as potencialidades destes territórios, se colocando assim em sintonia com a construção de alternativas para o seu desenvolvimento (p. 86).

Para Mansilla, Grenzner e Alberich (2014), é pela união entre a ESOL e a economia feminista que se há uma gestão de fato democrática,

as sinergias entre economia solidária e economia feminista oferecem um terreno fértil para a construção de um modelo social e econômico mais justo e sustentável, em que a discriminação – contra as mulheres e para o restante dos grupos subalternos – seja erradicada e a igualdade de oportunidades se converta em igualdade substancial (Mansilla; Grenzner; Alberich, 2014, tradução livre).

Tratando-se dessa sinergia na prática, pode-se afirmar primeiro que os EES representam uma oportunidade realizável para o rompimento do contexto de trabalho em que as mulheres são as primeiras a serem vitimadas pelo desemprego, subemprego e a desigualdade (Almeida, 2021). E segundo que, as mulheres têm forte presença nos EES, assim elas são capazes de trazer para dentro dos empreendimentos reflexões e questionamentos em relação às desigualdades de gênero da sociedade patriarcal, que por sua vez, também acabam se reproduzindo dentro dos EES (Abreu; Oliveira, 2020).

Segundo Bonumá (2015):

entendemos que a economia feminista, com base na prática das mulheres na economia solidária, tem trazido uma importante contribuição para esta, no sentido da repolitização do econômico, fortalecendo a necessidade de reformular a articulação entre o mercado, as políticas públicas (o estado) e a sociedade civil - a ideia de reinserir o econômico no social e no político, considerando também o lugar da família e das obrigações familiares, valorizando as relações igualitárias, as práticas de cooperação e de reciprocidade e a proposta de desenvolvimento local, sustentável e solidário (p. 92)

Além disso, Guérin (2005), constata que muitas experiências nos empreendimentos solidários são iniciadas por mulheres e destinadas para mulheres, o que é justificado pelo fato

das mulheres serem as primeiras a se mobilizar e auto-organizar, uma vez que as mulheres precisam conciliar a vida profissional com todas as responsabilidades domésticas e familiares, tendo maior dificuldade ao acesso de crédito e aquisição de propriedades. Barbosa *et al.* (2022), Guérin (2005) e Oliveira (2008) ainda afirmam que, representando uma resposta instantânea às necessidades das mulheres, os empreendimentos femininos costumam ser em áreas de atuação como alimentação, costura, saúde, serviços de tratamento, educação e formação.

Mesmo que sejam fruto de uma necessidade feminina, dentro desses ambientes de ESOL, existe a possibilidade do enfrentamento da subalternidade feminina imposta aos moldes hegemônicos, da construção do coletivo e do comprometimento com outrem, o exercício da autonomia e do desenvolvimento das redes de cooperação, logo, a mulher passa a se fazer mais presente e pertencente, fortalecendo vínculos e estimulando maior sinergia e inclusão (Barbosa *et al.* 2022, Bezerra, 2018; Estevam *et al.* 2013, Oliveira, 2005). Também pode se dizer que “Em movimento associativo, os saberes se reúnem em prol da superação de desafios coletivos, como, por exemplo, a marginalização social e a discriminação relacionada ao gênero” (Barbosa *et al.* 2022, p. 620).

Pensando que a invisibilidade do trabalho feminino ocorre tanto dentro de casa quanto nos espaços públicos (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008), a partir da ESOL, as mulheres (principalmente mais pobres) possuem a oportunidade de se redescobrir enquanto atores, de mostrar o potencial propositivo que possuem dentro da economia, além de conseguirem se opor a diversos estigmas sobre o perfil da mulher trabalhadora (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008). Então os EES além de proporcionar geração de renda, também são capazes de estimular maior autonomia da mulher, sua autoestima e, assim, a participação democrática das mulheres no espaço que ocupam, sendo essa uma questão primordial da ESOL (Oliveira, 2008).

Ademais, existir lideranças femininas dentro de EES, é um fator que fomenta a melhora na autoestima e autoconfiança das mulheres, empoderando-as, apoiando na geração de renda e dando possibilidade de conquistar a autonomia financeira (Barbosa *et al.* 2022. Sendo assim,

os empreendimentos solidários aparecem como uma possibilidade de geração de trabalho e renda e se posicionam como um instrumento que reforça a organização social, a solidariedade, gera capacitação e trabalho e contribui para a promoção da cidadania e inclusão social, sobretudo das mulheres. E propicia ainda, por sua característica autogestionária, o exercício da participação, da convivência, constrói novas relações entre as pessoas e se

torna um campo fecundo de luta por reconhecimento social. (Oliveira, 2008, p. 331-332).

Sobre a presença das mulheres nesses espaços, Heffel, Silva e Londero (2016) concluíram que “a autonomia feminina nos espaços sociais se vê refletida em obstáculos que permeiam a vida das mulheres, bem como sua relação com a melhoria da qualidade de vida e a efetiva participação no seio da sociedade” (Heffel; Silva; Londero, 2016, p. 8).

Nos EES, Nobre e Freitas (2012) dizem que

As mulheres avaliam sua participação, não apenas do ponto de vista da remuneração econômica, mas valorizam também o aprendizado, a convivência e a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica e a saúde reprodutiva. Reconhece-se que as mulheres participantes se sentem mais fortes e com a autoestima reforçada, por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir de pouco. Sua participação cidadã é ampliada e elas afirmam o seu direito a ter direitos. (p. 400)

Nestes espaços há também o fortalecimento entre mulheres, desenvolvendo a empatia e a sororidade, “valorizando o bem social coletivo, bem como direitos, talentos e habilidades, que podem reverberar em resistência à cultura machista, com impacto positivo na conquista de espaço pelo gênero feminino” (Barbosa *et al.* 2022, p. 621). Sobre isso, Paiva (2017) afirma que

é uma possibilidade de trabalho, renda e ressignificação social para mulheres pobres. O modelo de trabalho associado, baseado na autogestão e participação direta, possibilita que as mulheres conciliem melhor suas responsabilidades na vida familiar e no trabalho extraluar. Ao participarem da gestão da cooperativa, as mulheres iniciam um processo de participação política que lhes proporciona ferramentas para romper com o silenciamento, ou seja, essas mulheres passam a falar em público, a ocupar espaços públicos, a expressar suas opiniões e a assumir cargos de liderança. Através da participação nesses empreendimentos solidários, as mulheres estabelecem novos contatos fora do ciclo familiar, fazem amizades, começam a conversar sobre questões femininas e ampliam suas redes de solidariedade (p. 194-195).

Para Federici (2014), o capitalismo organiza a esfera da reprodução da vida (do trabalho invisível das mulheres) de forma que se cria um isolamento das mulheres, que ficam “aprisionadas” em seus lares e, sozinhas, ficam com seu poder combatido. Por isso a autora defende espaços como os “comuns” como formas de recriar solidariedade e resistência entre as mulheres, pois elas trabalham juntas e conversam, trocam informações, além de estimular nelas mesmas – e nas outras – a coragem e a autoconfiança.

2.3.1. *Um pouco dos EES femininos no país*

De acordo com o primeiro levantamento nacional do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) da SEANES, as mulheres predominavam em EES com menos de 20 sócios, enquanto os homens eram predominantes em EES maiores (tanto nos com mais de 20 sócios, quanto nos EES com mais de 50 sócios) (SIES, 2007), mostrando que quanto menor o EES, maior a predominância de mulheres²⁰. Segundo Schneider (2010), foram 16,8% dos EES mapeados (formando um montante de 3.672 EES) que declararam serem formados apenas por mulheres²¹ e, destes, a maioria são da área têxtil (1.448 EES), seguidos pelos da área alimentícia (442 EES) e da área de artesanato/produtos de madeira (407 EES).

Isso demonstra que os EES femininos costumam se manter em áreas de trabalho que conformam com o estereótipo e/ou demandas das mulheres que os compõem (Barbosa *et al.*, 2022; Guérin, 2005; Oliveira, 2008), ainda mais pensando que 47,9% dos EES responderam que a emergência de sua criação foi para evitar o desemprego e 21,5% para complementar a renda principal (Schneider, 2010).

Já no segundo levantamento, que foi um pouco mais completo que o primeiro e que ocorreu entre 2009 e 2013, conforme indica Gaiger (2014) ficou explícito que mulheres são predominantes em EES informais, que de praxe são menores, enquanto os homens são maioria em EES relativamente grandes, formalizados e “mercantis”.

Além disso, como pontua Gaiger (2014), nesse levantamento da SIES, demonstrou-se que a renda auferida por essas mulheres é a única renda disponível para 15,4% delas, é a renda principal para 16% das mulheres, e é equivalente à de outros familiares para 14,7% dessas mulheres.

Uma questão importante sobre o SIES é trazido por Bonumá (2015), quando ela traz o dado do mapeamento realizado por meio do “Projeto Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista” com 360 EES, majoritariamente femininos, que fez que destes, apenas 6,6% constavam nos dados do SIES, demonstrando uma subnotificação desse tipo de EES no SIES.

²⁰ Ainda que se reconheça ser necessária uma investigação mais precisa sobre as razões para a presença das mulheres se mostrar mais expressiva em grupos com tais características, é possível afirmar que há uma relação entre a ‘necessidade’ que as mulheres enfrentam de conciliar as atividades que desenvolvem nos grupos dos quais participam com as tarefas no âmbito familiar. Afinal, acessar os complexos mecanismos da formalização e gestão econômico-financeira do empreendimento é algo que demanda um tempo do qual ainda não podem dispor. Os arranjos políticos e econômicos tornam-se os possíveis e refletir-se-ão no dos indicadores relativos aos grupos nos quais a presença feminina predomina. As chances de enfrentar as consequências da informalização ficam mais distantes para as mulheres. Se levarmos em consideração o fato de que, de acordo com a legislação brasileira, um grupo para constituir-se como cooperativa – cuja forma jurídica poderia permitir, por exemplo, o acesso a recursos públicos – precisa contar com pelo menos vinte membros, constataremos que, de entrada, boa parte das mulheres já estariam fora dessa possibilidade, fato este que pode vir a se constituir num agravante da situação de precarização já experimentada por aquelas que vivem na informalidade (Costa, 2011, p. 22).

Fazendo coro com Barbosa *et al.* (2022), Guérin (2005) e Oliveira (2008) quando as autoras afirmam que os EES femininos costumam se concentrar em áreas que representam resposta instantânea às necessidades das mulheres, neste mapeamento indica que “as mulheres majoritariamente se encontram: 48% no artesanato, 17% na confecção, 13% na alimentação, totalizando 78% em atividades que são tipicamente femininas dentro da divisão sexual do trabalho” (Bonumá, 2015, p. 48).

Mas, indicando a importância de existir espaços horizontais e autogestionários femininos, Schneider (2010) apresenta que

percebe-se através dos depoimentos que as mulheres que participam destes empreendimentos parecem gradualmente estar apoderando-se da sensação de ainda controlar as suas escolhas e estão conscientes que as suas dificuldades, e a sua discriminação, está longe de ser a única entre as de outras mulheres (p. 18)

Além de que, todas as mulheres ouvidas concordam que os EES são espaços de socialização e que podem compartilhar com o grupo questões de desigualdade de gênero para procurarem juntas soluções (Schneider, 2010), indo de encontro com o posto por Federici (2014) sobre a importâncias desses espaços femininos e por Nobre e Freitas (2012) sobre a autovalorização das mulheres presentes nestes espaços.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DA PESQUISA

Como já foi anteriormente falado, a pesquisa de campo foi realizada no município de Araraquara, no interior do estado de São Paulo, por se tratar de um município importante em relação às políticas públicas de fomento a ESOL, bem como de seu ecossistema solidário (SANCHES, 2019). Além do espaço fértil para a ESOL, foram registradas 12.700 famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) em 2019, para serem contempladas por programas sociais, “sendo que cerca de 50% delas possuem renda per capita mensal de até 25% do salário-mínimo e composição familiar majoritária de

²¹ De acordo com Schneider (2010), esse valor representa o dobro do valor de EES formados apenas por homens.

mulheres responsáveis economicamente por suas famílias” (Paiva; Silva, 2020, p.137), sendo uma cidade em que é importante se ter o fomento trabalho e renda.

Em 2020 houve um decreto municipal (nº 12.338)²², o qual instituiu a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS), sob a responsabilidade da Coordenadoria Executiva de Trabalho e Economia Criativa e Solidária (Cetecs), da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico de Araraquara. Em 2021 foi sancionada a Lei Municipal nº 10.161²³, que criou o projeto Coopera Araraquara, visando a criação e acompanhamento (pela incubação) de cooperativas e associações no município pela IPECS.

E são empreendimentos incubados pela IPECS a partir do Coopera Araraquara, formados somente ou majoritariamente por mulheres (nesse caso tendo lideranças femininas) que são objeto dessa pesquisa. Como já tratado nos aspectos metodológicos, foram realizadas entrevistas com os seguintes empreendimentos: Padoka do Assentamento Monte Alegre, Cooperativa Panelas Unidas, Associação Mãos Que Criam.

A Padoka do Assentamento Monte Alegre é gerida pela Associação de Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI (AMA) e foi fundada em 2008, por um grupo de agricultoras assentadas, a fim de produzir e comercializar pães, bolos, salgados, entre outros. No início, a produção era realizada na Escola do Campo Maria de Lourdes da Silva Prado e, depois de mobilização das mulheres da AMA, elas conquistaram a sede da Padoka em um Orçamento Participativo da temática de mulheres.

A Cooperativa de Trabalho e Serviços de Alimentação Panelas Unidas foi criada a partir do “Cooperativismo Como Porta Para O Futuro”, projeto da prefeitura de Araraquara durante a pandemia do COVID-19, formando a cooperativa com 15 mulheres. Elas são responsáveis pelas refeições servidas em dois restaurantes populares da prefeitura. Mesmo sendo uma cooperativa nova (de 2020), realiza diversas atividades, inclusive com outras cooperativas (como em dezembro de 2021, que foi responsável pelo café da manhã servido no evento em comemoração dos 20 anos da Cooperativa Acácia).

A Associação Mãos Que Criam é um grupo de mulheres que resiste ao tempo, existindo há quase 20 anos. São aproximadamente 15 mulheres artesãs que começaram o grupo vendendo em frente à Praça Santa Cruz, localizada no centro de Araraquara e agora possuem sua Loja Solidária, que é de onde elas auferem renda.

²² Acesso a íntegra em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/DecretosMunicipais/12338>

²³ Acesso a íntegra em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/10161>

Cabe ressaltar que, mesmo identificando os EES que participaram da pesquisa, durante os resultados não haverá identificação das mulheres entrevistadas. Por se tratar de temas sensíveis a identidade foi preservada, bem como também não é possível identificar de qual EES é cada uma das entrevistadas.

3.2. DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS.

De um total de 97 respostas obtidas via formulário (pelo questionário supracitado, na descrição dos procedimentos metodológicos), a amostra final desta pesquisa se concentrou exclusivamente nas 59 respondentes do gênero feminino (considerando mulheres cisgênero e transgênero), excluindo-se, então, os 37 homens e uma pessoa não-binária que responderam ao questionário, uma vez que a descrição socioeconômica que convém a pesquisa é, justamente, a das mulheres. As informações foram coletadas junto às cooperativas Morada Car, Panelas Unidas, Sol Nascente e Vitória Multisserviços, além das associações Mãos Que Criam e Associação das Mulheres Assentadas (Padoka). Como dito anteriormente, todos esses EES estão localizados em Araraquara, no interior de São Paulo.

O perfil sociodemográfico das respondentes revela uma amplitude geracional significativa, com idades que variam entre 19 e 86 anos e uma média etária de aproximadamente 43 anos. Tratando-se da autodeclaração de raça/etnia, a maioria (61%) identifica-se como negra, totalizando 36 mulheres (sendo 24 pretas e 12 pardas), enquanto 23 participantes se identificaram como brancas (39%). Havia a possibilidade de respostas optando por outras etnias (como indígena e amarela), mas não houve nenhuma resposta assim. Esse panorama demonstra que o grupo pesquisado abrange desde jovens até idosas, com uma predominância étnica negra no contexto das organizações investigadas e, além disso, um dado relevante é que 15 das mulheres que responderam ao questionário declararam ser egressas do sistema prisional.

Em relação à dimensão habitacional, as respondentes foram categorizadas entre: residente de zona rural, moradoras de bairros abrangidos pelo programa municipal Territórios em Rede ou residentes de áreas que não se enquadram nessas classificações. O recorte sob a perspectiva do programa municipal Territórios em Rede é estratégico, pois este programa identifica áreas da cidade com elevados índices de vulnerabilidade social que demandam proteção social intersetorial (Araraquara, 2018). Portanto, tendo este critério como base, observou-se que 55,93% das participantes (33 mulheres) residem em bairros prioritários do programa, enquanto 24 habitam outras regiões urbanas e duas pertencem à zona rural de Araraquara.

Quanto à trajetória escolar, a amostra apresenta uma concentração significativa em níveis iniciais de instrução: conforme se vê na Tabela 3 abaixo, foram registradas 28 mulheres que não chegaram a ingressar no ensino médio e nove que o iniciaram sem concluir, indicando que a maior parte do grupo possui ensino fundamental incompleto ou completo. O restante da amostra divide-se entre 20 mulheres com ensino médio concluído e uma parcela reduzida de apenas duas participantes que ingressaram ou concluíram o ensino superior, refletindo um perfil de escolaridade formal baixo.

Tabela 3 – Grau de Ensino Escolar das cooperadas/associadas.

Grau de Ensino	Número de mulheres	Percentual²⁴
Ensino Fundamental Incompleto	18	30,5%
Ensino Fundamental Completo	10	16,95%
Ensino Médio Incompleto	9	15,25%
Ensino Médio Completo	20	33,9%
Ensino Superior Incompleto	1	1,69%
Ensino Superior Completo	1	1,69%

Fonte: elaboração própria.

Em relação a estrutura familiar dessas mulheres, 52,5% das respondentes do questionário se declararam solteiras (31 mulheres), seguidas de 23,7% (14 mulheres) que responderam serem casadas, 8,5% em situação de coabitação com seu parceiro(a) (5 mulheres), e apenas cerca de 5%, o que totaliza três mulheres, declarou-se divorciada. A maternidade é uma realidade para 88% dessas mulheres (o que significa dizer que 52 delas são mães), com uma média de três filhos por mulher e variações que oscilam entre um e oito filhos, enquanto apenas 7 respondentes (11,9%) afirmaram não os possuir.

Ao correlacionar a ausência de um(a) companheiro(a) estável (em coabitação) com a existência de filhos e dependentes, constatou-se que 39 mulheres (ou seja, aproximadamente 66%) ocupam a posição de chefes de família, por serem mães solo. Esse dado significa que 66% das mulheres que responderam ao questionário vivenciam o fenômeno descrito por Pessoa, Ramos e Peixoto (2008) e Almeida (2021): a centralização da responsabilidade pelo sustento e pelo trabalho doméstico sob a figura feminina, o que acentua a sobrecarga decorrente da dupla jornada de trabalho imposta pelas desigualdades de gênero.

Quanto à renda auferida do trabalho nos EES, 35 mulheres relataram receber como remuneração mensal valores menores que de um salário-mínimo²⁵, duas recebem um salário-

²⁴ As porcentagens tiveram a segunda casa decimal aproximada, por isso quando somados todos os valores, eles totalizam 99,98% e não 100%.

mínimo e 24 recebem valores maiores que o salário-mínimo. O valor mensal médio da “retirada” dessas mulheres é de R\$ 1.447,15 e, aqui, complementa-se a informação de que a média contando os homens empregados nos mesmos EES, a remuneração média sobe para R\$ 1.762,11. A decomposição desses valores por raça/etnia pode ser observada na tabela a seguir.

Tabela 4 – Remuneração média das cooperadas/associadas e cooperados/associados (R\$).

	Média total	Média - brancos	Média - negros
Mulheres	1.447,15	1.488,52	1.418,45
Homens	1.762,11	1.779,50	1.685,55

Fonte: elaboração própria.

A diferença entre remunerações existe, isso é um fato, mas pensando na proporção da diferença, quando se compara com os dados do Brasil (da PNAD Contínua de 2019), o exemplo de ESOL de Araraquara oferece uma remuneração bem menos díspar: a remuneração média das mulheres trabalhadoras de EES representa 82,13% da remuneração dos homens, enquanto nos dados da PNAD, a remuneração das mulheres é apenas 77,69% da remuneração dos homens; a proporção da remuneração das cooperadas/associadas negras em relação às brancas é de 95,29%, já a nível nacional é de 58,29%, ou seja, a renda das mulheres negras num geral é aproximadamente 42% a menos que de mulheres brancas, enquanto nos EES de Araraquara a diferença é de aproximadamente 5%; comparando as rendas mais distintas, de mulheres negras com homens brancos, a nível nacional chega em uma proporção de 43,42% (o que significa que a renda média de uma mulher negra não chega nem na metade da renda média de um homem branco), enquanto nos EES a proporção é de 79,71%.

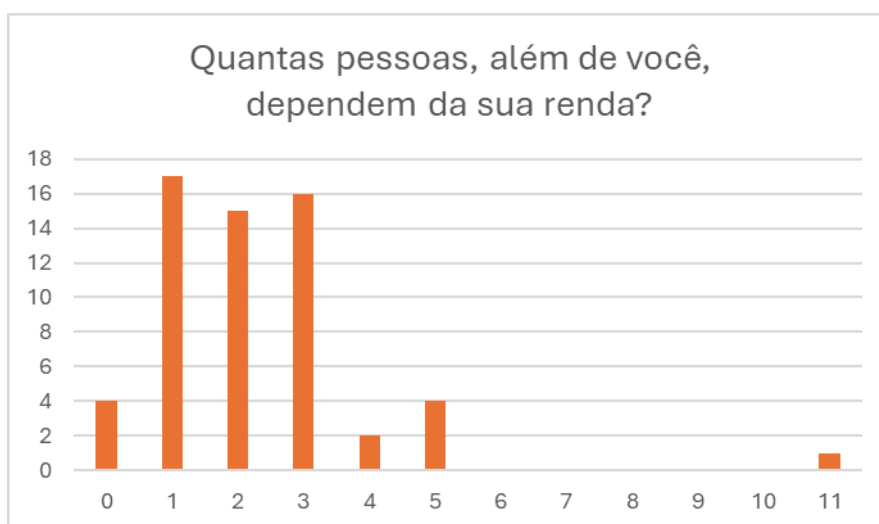
O rendimento mensal proveniente do trabalho nos EES assume papel de fonte primária no sustento de 83% da amostra (ou seja, 49 dessas mulheres), demonstrando a relevância econômica dos EES. Para outras nove participantes (15,3%), o valor obtido atua como uma renda complementar, enquanto apenas uma mulher (1,7%) optou por não responder a esta questão.

A pressão sobre essa remuneração é ampliada pela rede de dependência familiar: 55 das mulheres consultadas (cerca de 93%) possuem uma ou mais pessoas que dependem diretamente desses rendimentos para subsistir, com uma média de aproximadamente dois

²⁵ O valor de salário mínimo utilizado como referência, é o valor vigente a partir do dia primeiro de janeiro de 2024, ou seja, R\$ 1.412. O valor e mais informações podem ser conferidas no site do governo federal: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/salario-minimo-de-2024-tera-ganho-real-e-crescera-3pp-alem-dos-3-85-da-inflacao>

dependentes por trabalhadora, com os números detalhados no Gráfico 3, enquanto apenas quatro mulheres (6,8%) afirmaram ser as únicas beneficiárias da renda auferida. Esse cenário de alta dependência coletiva sobre o rendimento individual sublinha a importância dos EES na manutenção não apenas da vida das mulheres, mas de todo o seu núcleo familiar.

Gráfico 3 – Quantas pessoas dependem da renda da cooperada/associada.



Fonte: elaboração própria.

Como a EES também é uma forma de introduzir pessoas no mercado de trabalho (Paiva, 2017; Gaiger, 2007), também foi perguntado se essas mulheres possuíam renda antes de entrar no EES e, 59,3% das respondentes (35 mulheres) responderam que não possuíam, enquanto 24 afirmaram que possuíam renda anterior ao ingresso no EES, sendo três quartos destas mulheres recebiam renda de auxílios cedidos pelo Estado, e somente seis mulheres (25% destas, ou seja, um quarto delas) possuíam algum tipo de trabalho (duas eram autônomas e quatro trabalhavam de carteira assinada, sob regime formal de contratação, “regime CLT”).

Assim, conforme Paiva (2017), Moraes (2013) e Gaiger (2007) este é um bom exemplo de ESOL como geração de trabalho e renda, ademais é, também, um exemplo de enfrentamento a exclusão, conforme dito por Couto, Santos e Guerra (2012) e Oliveira (2012), além da ESOL se provar como geradora de renda para mulheres (Oliveira, 2008) e capaz de trazer autonomia financeira para elas (Versozi; Carvajal, 2023; Barbosa et al, 2022)

3.3. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

3.3.1. Sobre o que é a Economia Solidária

A partir da pergunta “Para você o que é Economia Solidária?” foi possível identificar duas questões: se as mulheres conhecem o conceito da ESOL e se identificam-se como parte dela. O interesse em constatar se as mulheres de EES se apropriam do termo é justamente por ele ser utilizado na academia, logo é interessante saber se as mulheres que são atores da ESOL se enxergam quanto atores da ESOL ou se não possuem proximidade com o termo, mesmo que, na prática, sejam parte dele.

Pensando na necessidade de categorizar os dados obtidos nas respostas, conforme Bardin (1977), para considerar que as mulheres conhecem o conceito de ESOL (categoria “sim” para essa análise) foi levado em consideração se elas mencionam alguns dos princípios citados na segunda seção deste trabalho (propriedade coletiva do capital, direito à liberdade individual, solidariedade, autogestão, democracia, cooperação, centralidade no ser humano, justiça social na produção, valorização do saber das pessoas dos territórios, cuidado com o meio ambiente e valorização da diversidade), considera-se que conhecem parcialmente se mencionam um deles ou se a colocam como uma estratégia de geração de emprego e renda ou desenvolvimento e, por fim, a categoria “não” é não saber, quando não se identifica nenhum dos elementos acima, ou quando a entrevistada diz não saber.

Já para considerar se a entrevistada se identifica como parte integrante da ESOL (categoria “sim” para essa análise) foi considerado se, na resposta, ao se referir a ESOL ela utiliza a primeira pessoa do plural (nós, a gente), ou se ela utiliza o próprio empreendimento para explicar sobre o conceito, já para a categoria “não fica explícito” foi considerado quando a entrevistada cita a ESOL como uma ferramenta para as mulheres, mas não se enquadra na categoria “sim” dessa análise, por fim, a categoria “não” é quando não se enquadra nas outras duas categorias. É possível ver o número de entrevistadas que se enquadra em cada categoria de análise na Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Ocorrências a partir da pergunta “Para você o que é Economia Solidária?”

Categorias	Conhece o conceito de ESOL	Identifica-se como parte da ESOL
<i>Sim</i>	3	3
<i>Não</i>	5	6
<i>Parcial</i>	3	-
<i>Não fica explícito</i>	-	2

Fonte: elaboração própria.

É interessante citar algumas respostas em que as entrevistadas já mencionam que a ESOL pode servir como ferramenta de autonomia mesmo que, às vezes, possuam um olhar assistencialista:

“Economia solidária, no meu pensar, é assim, é um princípio que agrega valores pra que as mulheres possam ter o espaço pra que elas consigam ser vistas no mercado de trabalho.”

“A economia solidária é uma coisa que pode ajudar várias mulheres empreendedoras a ter (sic) uma posição, ter um sustento para ajudar a família.”

“Eu acho que a economia solidária é uma forma de ajudar as pessoas em vulnerabilidade, ajudar a cultura e a economia dessas pessoas.”

“Eu acho que é uma forma de você estar colaborando com a sociedade, com outras pessoas que, às vezes, tem menos que você, né? (...) É uma forma de você estar dando condições pras pessoas, né?”

“Aqui é criativa e solidária. A intenção dela é, na realidade, mais voltada para gerar emprego e renda, a meu ver. E, assim, no caso do EES²⁶, ela foi criada para gerar emprego e renda, para mulheres que um pouco são de baixa vulnerabilidade social, que elas não têm uma profissão. Porque, no caso, eu tenho uma profissão, porém eu sempre mexi com artesanato. Então ele era, para mim, um hobby. Só que depois, a partir do momento que você vê que o seu emprego formal já não está mais dando certo, eu parti para o artesanato, porque era o que eu gostava. E, como gerava renda também, então a gente embarcou junto. Mas a intenção do EES²⁷ é essa, entendeu? São mulheres de baixo nível escolaridade, numa certa idade que não consegue achar emprego (...). Então, como não tinha como ter um emprego e precisava gerar renda, porque tem os filhos, então foi pensando nisso também que foi criada... São mulheres negras também, a gente tem até uma senhora com deficiência.”

²⁶ Ao invés de “do EES”, era citado o nome do empreendimento, porém ele foi ocultado para manter o compromisso de sigilo e não identificação das entrevistadas.

²⁷ Idem ao 17.

Na última resposta mencionada se pode observar que, além da questão de gênero (da inclusão da mulher no mercado de trabalho), a entrevistada também trata da questão do etarismo no mercado de trabalho (“*numa certa idade que não consegue achar emprego*”), da questão de raça/etnia (“*São mulheres negras também*”) e também das pessoas com deficiência (“*a gente tem até uma senhora com deficiência*”), ou seja, vendo a ESOL como ferramenta não só de autonomia da mulher, mas para a inclusão de pessoas a margem da sociedade.

Durante a entrevista, uma mulher relatou saber que há o envolvimento do EES com a comunidade, trazendo os princípios de centralidade no ser humano e justiça social na produção:

“Então, a gente não atua só no artesanato. A gente atua em ver uma pessoa que está passando mal, num cidadão que está com algum problema. Então, se você ler o meu estatuto, ele não é uma coisa assim que... Ah, não, é só pro artesanato e acabou. Não, a gente tem uma ação social por trás.”

As mulheres, então, mesmo que não possuam dominância sobre o conceito científico do que é a ESOL e até mesmo não se reconheçam nela, reconhecem como essa prática pode servir para reconhecer questões sociais.

3.3.2. Sobre o trabalho dentro do EES

Nessa parte serão tratadas as outras questões do primeiro bloco “Trabalho e o empreendimento de Economia Solidária”. Aqui, existem questões em que a maioria das respostas foram diretas, como é o caso de “quantas horas por dia as cooperadas/associadas costumam se dedicar ao trabalho na cooperativa/associação”, em que sete entrevistadas responderam seis horas e quatro entrevistadas responderam oito horas. Também é o caso da questão “você considera que as cooperadas/associadas participam dos processos decisórios do empreendimento?”, em que todas responderam “sim” e uma das entrevistadas deu uma resposta mais completa dizendo:

Ah, sim, porque senão fica uma coisa assim, igual empresa, né? É de cima pra baixo, eu falo e você obedece. Não é assim, todo mundo tem a sua opinião.

Na questão sobre rodízio de funções exercidas no EES, sete responderam que existe o rodízio dentro do empreendimento, uma respondeu que não existe e três responderam que

existe o rodízio das funções administrativas somente, respeitando a mudança votada em assembleia. Em relação a alta rotatividade de cooperadas/associadas nos EES, apenas uma entrevistada disse haver, três relataram que antes havia, porém atualmente não há mais e sete disseram não haver. Tratando-se de ter relação de amizade umas com as outras fora do ambiente de trabalho, uma entrevistada disse não ter, enquanto as outras dez entrevistadas responderam que possuem, cabe destacar as falas:

“Aqui, nosso meio, sim, nós somos amigas. Compartilhar ônibus, a gente vai junto, a gente vem junto. E aqui a gente somos amigas mesmo.”

“A gente já tem amizade. A gente precisa desse relacionamento de amizade. A gente conversa pelo WhatsApp. Sim, a gente tem um bom relacionamento, porque como a gente convive diariamente, a gente precisa ter esse relacionamento bom.”

A última questão deste bloco, visando saber se as cooperadas/associadas de fato conhecem e regimento interno ou estatuto do EES (se conhecem por elas mesmas e não por terceiros), também necessitou de uma categorização das respostas para a análise e enquadramento entre “sim” e “não”, para encaixar no “sim”, foi observado se a entrevistada relatou que leu o documento integralmente ou se foi uma das mulheres a redigi-lo, enquanto o “não” é tudo que não se enquadra na categoria anterior. Assim foi identificado que cinco mulheres conhecem (leram/construíram) o estatuto ou regimento interno, enquanto seis não o conhecem. É interessante demonstrar que duas entrevistadas relataram não possuir interesse em ler o documento:

“Eu não sou muito chegada a ler, não. É muito papel pra ler.”

“Comecei a ler uma vez, disponibilizou em PDF para todo mundo, mas eu não terminei, não. Mas em reunião sempre é mostrado.”

Enquanto isso, uma entrevistada relatou não possuir acesso ao documento:

“Não conheço, mas já ouvi falar. Porque eu não vi, não tive acesso ainda, só vejo as meninas falando o que tem, o que pode e o que não pode, mas eu de pegar ele e ler, não. Não tive acesso”

As perguntas deste bloco são relevantes pois a partir da quantidade de horas e da rotatividade de pessoas dentro desses EES é possível observar a convivência dessas mulheres, se ela é duradoura ou não, além de que esse tipo de empreendimento se propõe a ser mais democrático e acolhedor, se diferenciando dos “tradicionais”, além de investigar se os EES é capaz de fomentar amizades, pois assim fariam parte de redes de apoio informal dessas mulheres (Barbosa et al. 2022; Pitacas, 2019; Gregory et al, 2019; Bezerra, 2018; Simon; Boeira, 2017; Paiva, 2017; Federici, 2014; Nobre & Freitas, 2012).

3.3.3. *Sobre redes de apoio*

Assim como o conceito de ESOL, o conceito de “Rede de apoio” também é interessante para esta pesquisa, uma vez que a autonomia da mulher aqui visada não é somente a financeira, mas também em outras questões que permeiam o gênero, como em relações abusivas. A rede de apoio, fundamentada para a categorização seguindo critérios Bardin (1977), contempla tanto as instâncias formais de acolhimento a vítimas, compostas pelos aparelhos do Estado, quanto as informais, integradas por amigos, familiares e/ou colegas de trabalho. Dessa forma, para a classificação na categoria “sim” (a qual indica que a entrevistada possui conhecimento sobre o que seria uma possível rede de apoio), todo relato que demonstrasse o conhecimento da mulher sobre suas possibilidades de amparo, incluindo menções a dispositivos públicos (formal) ou a indivíduos que desempenham o papel de suporte em situações críticas (informal). A classificação negativa (“não”) foi aplicada de maneira residual, englobando todas as falas que não apresentaram elementos suficientes para caracterizar a categoria “sim”.

Nesse cenário, verificou-se que somente três mulheres do grupo entrevistado não possuíam domínio sobre o que se considera como rede de apoio, porém, ressalta-se que uma delas enxergou na rede de apoio, o apoio na realização de atividades domésticas, questão que normalmente é sempre jogada para a responsabilidade da mulher (matriarca e filhas) da família:

“Um colaborar com o outro. Não deixando um sapato fora do lugar, uma... Aquela bagunça normal que todo mundo faz, né? Eu acho que um ajudar o outro nas suas tarefas. É colaboração mesmo. Um colaborar com a outra pessoa. Pra não ficar pesado pra todo mundo, né? Pra não ficar pesado pra uma pessoa só.”

Além disso, dentre as participantes classificadas na categoria “sim”, uma delas identificou o sistema público de saúde municipal como sua principal rede de suporte:

“Assim, a gente tem a saúde, tem o carro [do postinho], a gente não pode reclamar.”

Algumas mulheres também identificaram o EES como rede de apoio antes mesmo de serem questionadas sobre:

“As meninas [do EES]. Minha mãe, minha família.”

“Eu acho, assim, que rede de apoio seria entre nós, né? Assim, se eu tô com algum problema, eu vou expor pras meninas, né?”

“Quando eu tenho problema, é aqui mesmo que eu vou falar. Eu chego aqui e falo para o Maria²⁸, para a Penha²⁹, que a gente tem mais contato. A gente conversa. Tanto elas falam dos problemas delas para mim, quanto eu falo dos meus problemas para elas.”

E, quando questionadas se o EES também pode servir como rede de apoio, todas as mulheres responderam que sim. Os relatos demonstram que a percepção das mulheres sobre o espaço de trabalho é pautada menos pela figura institucional do EES e mais pelas relações de alteridade com suas pares, o que reflete a profundidade dos laços afetivos e profissionais no grupo, alinhando-se às discussões de Barbosa *et al.* (2022), Bezerra (2018), Estevam *et al.* (2013) e Oliveira (2005) sobre como a gestão coletiva fomenta ambientes de solidariedade: para essas autoras, a convivência e o trabalho compartilhado são propulsores de redes de apoio fundamentadas na cooperação e na identificação entre mulheres.

3.3.4. Sobre o trabalho dentro do EES e as questões de gênero

Aqui serão tratadas outras questões do segundo bloco da entrevista, intitulado “Empreendimento de Economia Solidária e Gênero”. Todas as mulheres consultadas ratificaram a ideia de que o EES constitui um território seguro para a troca de vivências e o exercício do diálogo. Entre as justificativas apresentadas por três entrevistadas para essa percepção positiva, indicaram três perspectivas complementares distintas: (i) a garantia do sigilo e da privacidade em relação ao ambiente doméstico; (ii) o direito à voz e à exposição de ideias no âmbito do empreendimento; e, por fim, (iii) o sentimento de pertencimento consolidado pelo vínculo de longo prazo com a organização. Tais relatos, apresentados a seguir, ilustram a construção subjetiva dessa segurança:

²⁸ Nome alterado para não identificação da entrevistada.

“A gente sempre conversa aqui, a gente fala assim, o que acontece aqui, quando a pessoa vem para entrar aqui, a gente já fala. O que acontece aqui, dentro, o que dentro fica. Às vezes, nem com o marido da gente, a gente conversa das coisas que acontecem. Para evitar, né? Porque a gente é mulher. A gente compra, a gente fabrica, a gente vende. Mulher, a gente se explica, né? Os maridos vêm assim, quando vai fazer um conserto, né? Ai eles vêm.”

“Olha, na minha opinião, e para mim, eu acho que sim, porque, pelo menos, eu mesma nunca tive problema de não ter um espaço para me expor minhas opiniões.”

“É sim. Porque todas que estão dentro da associação, elas já estão há muito tempo. Acho que uma das últimas que entrou fui eu.” [faz 8 anos]

Em relação a se sentir acolhida pelas outras mulheres da cooperativa/associação, novamente todas as entrevistadas responderam de forma positiva e apenas uma fez um comentário além da afirmação positiva para esta pergunta, citando o tempo que passa no EES:

“Ah, sim, sem dúvida. A gente aqui é muito acolhida, muito, sabe, é quase uma família, né, porque a gente sai de manhã e só volta à tarde, então a gente tem mais tempo aqui juntas do que com a própria família em casa.”

Ao se tratar de sentir alguma diferença por integrar um EES feminino, mais uma vez todas as entrevistadas respondem de forma positiva, sendo que duas citam o fato de se entenderem melhor por serem mulheres:

“Eu acho que é bem interessante só mulheres como nós, assim, porque uma entende a outra, né? Então, eu acho bem seguro, assim, né? Só ser, só a mulher.”

“Todo mundo se entende, né? As necessidades de uma da outra.”

²⁹ Idem ao 19.

Uma disse que se sente mais empoderada e uma disse que trabalhando com homens precisava sempre se impor, mas no EES apenas com mulheres é mais fácil de dialogar e entrar em consenso com as outras trabalhadoras.

Quando perguntadas se já ouviram queixas sobre relações em que alguma associada/cooperada se sinta diminuída ou ameaçada de qualquer forma, somente duas responderam que sim e as outras nove responderam que não. Apenas uma das duas falou sobre a situação, ainda que de forma genérica:

“Já porque às vezes não recebe o valor que precisa. Às vezes em casa. Às vezes a pessoa chega aqui magoada com alguma coisa, reclama. Sempre tem. Mas a gente procura dar força quando acontece isso. Pra qualquer uma da gente.”

Porém, tratando-se de relações em que alguma cooperada/associada não pode decidir sobre o próprio dinheiro ou até mesmo é impedida de trabalhar pelo parceiro íntimo, sete respondem de forma positiva, levando a reflexão de que cinco mulheres não enxergam a violência patrimonial como forma de ameaça ou de diminuir a mulher. Na Tabela 5 a seguir, é possível ver a relação entre a resposta sobre as queixas de mulheres que se sentem diminuídas e/ou ameaçadas e as queixas de violência patrimonial.

Tabela 6 – Relação entre respostas sobre queixas das associadas/cooperadas.

Entrevistada ³⁰	Já ouviu queixas sobre alguma associada/cooperada sentir diminuída ou ameaçada?	Já ouviu queixas sobre relações em que a associada/cooperada não podia decidir sobre seu próprio dinheiro ou que o parceiro queria impedir que ela trabalhasse?
Maria	Não	<i>Teve, no começo teve, né? Tinha muito marido que não aceitava, sabe? Tem ainda... Até hoje existe. E antes tinha aqueles maridos que, que é tipo daquelas, vamos botar lá nos antepassados, né? Você foi feita pra ficar dentro de casa, pra criar, e pronto, fogão, lavar e passar.</i>
Joana	Sim	<i>Meu pai mesmo não aceitava. Até hoje existe barreira, sim. Impedimento, sim. Que nem, no entanto, a Claudete³¹ saiu, aí, agora voltou, porque viu que realmente... acabou voltando.</i>
Fátima	Sim	<i>Às vezes tem coisa de ciúme. Uma coisa que eu falo assim aqui não tem nada de</i>

³⁰ Nome alterado para preservar sigilo das entrevistadas.

³¹ Nome alterado para preservar sigilo das entrevistadas e segurança das mulheres citadas.

		<i>ciúme. Porque aqui a gente trabalha, mas os maridos não pensam igual. Os que tem ciúme das mulheres.</i>
Luzia	Não	Não
Fernanda	Não	Não
Larissa	Não	<i>Eu era uma delas. Mas quando eu era casada. Então eu não podia trabalhar. Eu trabalhava, sabe? Mas depois eu tinha que deixar o serviço para cuidar do filho, porque esse marido ficava no pé falando que era para eu deixar o serviço, que eu não precisava. Então, aí era mais para dentro de casa, sabe? Não saía, tudo. Então é muito difícil, né? Os homens são preconceituosos. Tudo machista, né?</i>
Josiane	Não	Não
Carla	Não	Não
Sheila	Não	<i>Nós temos, sim, uma senhora, sim. E aí até ela falou para a Miriam³² que ela ia dar um tempinho, né? Mas aí ela ia voltar, mas é só ela esperar um pouco o tempo passar. Mas que o marido estava pegando no pé porque ela estava a vir trabalhar aqui. E ela sempre teve problema com ele em relação a isso. Porque ela já era a vida inteira foi assim, né? Sempre com problemas, ela sempre teve muitos problemas com o marido.</i>
Carolina	Não	<i>Algumas vezes, né? Já teve caso que já. Teve alguns casos que sim.</i>
Aline	Não	<i>Ah, já teve mais casos. Eu acho que hoje em dia tá mais... um pouco mais contido. Mas ainda tem.</i>

Fonte: elaboração própria.

Entre as seis mulheres que relataram episódios de violência patrimonial em seu convívio, cinco indicaram terem buscado soluções para o conflito, no entanto, as estratégias adotadas revelam uma tentativa de conciliação baseada na persuasão do parceiro sobre os benefícios financeiros do trabalho feminino, ou seja, pensando no ajuste da rotina da mulher às exigências da relação. Segundo Lima (2008), tais dinâmicas refletem estruturas sociais arcaicas que anulam a individualidade feminina em favor do vínculo conjugal. Diante dessa realidade de controle, o pensamento feminista, conforme apontado pela teórica Saffioti (1999; 2002) defende a necessidade de intervenção externa nessas relações, rompendo com a invisibilidade das violações sofridas pelas mulheres no ambiente privado. Um exemplo disso é a fala de uma das entrevistadas sobre como se porta diante da situação:

³² Idem ao 21.

“Toda hora o parceiro fica: ‘Por que isso? Por que aquilo? Não sei o quê.’ Nessa parte, a gente não pode interferir, né?”

Em relação às informações e aos diálogos sobre o Centro de Referência da Mulher e a Delegacia da mulher, nove mulheres falaram que nunca acontecer dentro dos EES, das duas que deram resposta positiva, uma disse que foi apenas sobre a Delegacia da Mulher, o que demonstra um resultado de rede de apoio informal, mas com uma ação limitada ao enfrentamento da violência de gênero, não levando ao acesso de redes formais de apoio à vítima. Destaca-se aqui a resposta da outra entrevistada que assinalou positivamente a esta pergunta:

“Sim, porque assim, o nosso intuito é estar sempre mostrando para a mulher o que ela pode, o que ela não pode, dentro de uma linha de respeito. A gente sempre se preocupou com isso. Uma das referências nossas é a dignidade humana, em primeiro lugar. E a geração de trabalho em renda para ter a independência da mulher, para ela tentar começar a ser independente e entender o que é isso. Porque muitas vezes, no caso dela, ela vive debaixo de uma regra do marido.”

Essa fala é muito significativa pois simboliza o compromisso do EES com a autonomia da mulher, tanto financeira, quanto em relação às questões de gênero, mesmo que, conforme visto, ela apresente limitações.

3.4. OCORRÊNCIAS DE PALAVRAS

Além de relacionar os termos falados com significados às vezes latentes, Bardin (1977) também aponta como forma de análise de conteúdo a quantidade de vezes que determinados termos aparecem nessa fala, sendo essa ocorrência a base da análise. Aqui, considerou-se “Para você, o que é Economia Solidária?” e “O que você considera que seja uma rede de apoio?” como as perguntas das respostas a serem categorizadas a partir desse método. De forma geral, na análise de ocorrência de ambas as perguntas, não foram consideradas palavras das seguintes classes gramaticais: artigos, conectivos, pronomes (alguns); além disso, desconsiderou-se os termos próprios (“economia solidária” e “rede de apoio”), pois essas palavras não traziam significância linguística para análise, ou eram os termos sendo repetidos a partir da própria pergunta.

Abaixo se vê um tópico específico para Economia Solidária e um para Rede de Apoio, em que se descreve como foi feita essa análise e quais palavras foram selecionadas para essa contabilização.

3.4.1. *Economia Solidária*

As ocorrências na primeira pergunta (“Para você, o que é Economia Solidária?”) seguem no Quadro 1 a seguir:

Tabela 7 – Ocorrência de palavras ao responder à pergunta “Para você, o que é Economia Solidária?”

Palavra	Ocorrência
<i>Pessoas</i>	7
<i>Ajudar</i>	6
<i>Emprego</i>	6
<i>Mulheres</i>	5
<i>Trabalho</i>	5
<i>Renda</i>	4
<i>Parceria</i>	3
<i>Espaço</i>	2
<i>Meninas</i>	2
<i>Ajuda</i>	2
<i>Criativa</i>	2
<i>Vulnerabilidade</i>	2
<i>Profissão</i>	2
<i>Apoio</i>	2
<i>Apoiando</i>	1
<i>Desenvolvimento</i>	1
<i>Sustento</i>	1
<i>Social</i>	1
<i>Cultural</i>	1

Fonte: Elaboração própria.

Pensando no princípio da ESOL de centralidade no ser humano, observa-se, com maior ocorrência, a palavra “pessoas”, sendo repetida sete vezes durante as falas das entrevistadas, além de “social” sendo citada uma. Fazendo coro com a análise anterior, é possível, a partir da ocorrência de palavras, perceber que as entrevistadas possuem um olhar assistencialista sobre a ESOL, pelo fato de “ajudar” se repetir seis vezes e “ajuda” se repete mais duas (sendo oito vezes a ESOL relacionada à assistência). Também é interessante ressaltar as palavras que remetem a geração de trabalho emprego, como “emprego” citada seis vezes, “trabalho” citada cinco vezes, “renda” citada quatro vezes, também “profissão” citada duas vezes e “sustento” citada uma vez. Outra questão interessante, é como “parceria”, “apoio” e “apoando” também aparecem (três, duas e uma vez, respectivamente), indicando a

<i>Colaboração</i>	1
<i>Pai</i>	1
<i>Avó</i>	1
<i>Tia</i>	1

Fonte: elaboração própria.

Também corroborando com os resultados já analisados anteriormente, antes de serem perguntadas se consideram os EES como parte de sua rede de apoio, as entrevistadas já deixavam explícito a partir de sua fala que consideram. A partir da análise de ocorrência de palavras como o termo “a gente” se repetindo 12 vezes, sendo a maior repetição entre as duas perguntas, e esse termo usado para se referir ao EES. Logo em seguida estão os termos “amiga”, “ela” e “meninas”, com cinco, quatro e três repetições respectivamente, indicando as relações dentro dos EES. Palavras que remetem a família também aparecem: “mãe” e “família” duas vezes cada uma, “pai”, “avó” e “tia” três vezes cada uma. Estes resultados conversam com a pesquisa de Grossi, Tavares e Oliveira (2008), em que 21 mulheres citaram familiares como forma de apoio em situações ruins e oito mulheres citaram seus amigos, demonstrando que as mulheres realmente pensam primeiro em amigos e familiares antes de pensar em órgãos do Estado como sua rede de apoio.

Em relação a rede de apoio formal, foi indicada uma vez em “saúde”. Por fim, ressalta-se que foram utilizadas como “conversar”, “colaborar” e “desabafar” três vezes cada, demonstrando para que a rede de apoio serviria para essas mulheres. Assim como na questão anterior, também foi realizada uma nuvem de palavras para melhor visualizar as ocorrências.

Imagem 2 – Nuvem de palavras sobre Rede de Apoio.

Freitas, 2012). A Economia Feminista é capaz de trazer inovações para a ESOL a partir de seus modelos de intervenção pioneiros para promover uma gestão inclusiva, com apoio mútuo e horizontalidade, além de criação de redes de apoio (Mansilla; Grenzner; Alberich, 2014; Ruiz *et al.*, 2022), uma vez que a Economia Feminista abrange questões que não são normalmente investigadas pelos economistas (Coelho, 2009). Portanto, a ESOL é interessante para a Economia Feminista e a Economia Feminista é interessante para a ESOL.

Como escrito por Mansilla, Grenzner e Alberich (2014), as convergências entre a ESOL e a Economia Feminista estabelecem um contexto propício à edificação de um modelo socioeconômico mais equitativo e sustentável, nesse contexto, almeja-se a eliminação de práticas discriminatórias direcionadas tanto às mulheres quanto a outros grupos excluídos. Ressalta-se que partir da ESOL as mulheres (principalmente mais pobres) vislumbram oportunidade de serem atores, de mostrar o seu potencial propositivo, além de conseguirem desmistificar vários estigmas sobre a mulher trabalhadora (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008).

É levando estes apontamentos em consideração que a seguir serão analisados trechos das entrevistas e alguns dados fornecidos nos questionários, a fim de investigar se os EES servem como espaço para fomentar a autonomia da mulher e se as mulheres envolvidas nisso o percebem.

Sobre o perfil das mulheres que fazem parte dos EES que participaram do estudo, tem-se que são, em maioria, mulheres negras (61%) e com uma idade média de 43 anos (tendo uma grande variação nas idades, entre 19 e 86 anos). Além disso, aproximadamente 56% dessas mulheres moram em bairros socialmente vulneráveis e somente 4% das mulheres que responderam moram em zona rural. Em relação à escolaridade, 47,46% das mulheres não chegaram a cursar o ensino médio, 33,9% terminaram o ensino médio e 15,2% chegou a inicia-lo mas não o concluiu.

Na primeira questão foi possível perceber que apenas três mulheres conheciam o conceito de ESOL e três mulheres se identificam como parte dela, enquanto três mulheres conhecem parcialmente o conceito e cinco não conhecem, além de seis não se identificarem como parte da ESOL. Mesmo assim, foi possível observar que as entrevistadas possuem uma visão predominantemente assistencialista sobre a ESOL, inclusive em uma das respostas isso também abarque questões como etarismo, raça/etnia e inclusão de pessoas com deficiência. Assim, identificou-se que as entrevistadas não se reconhecem como atores participantes da ESOL, porém dão indícios de que sabem que ela pode servir para tratar de questões sociais.

Remetendo a preocupação com o EES ser um espaço que também seja compatível com as demandas dos trabalhos domésticos que as mulheres têm em suas casas, a maioria delas possuem uma jornada de trabalho de seis horas diárias.

Sobre a gestão democrática dos EES, todas as entrevistadas consideram que as mulheres participam dos processos decisórios dos EES, inclusive, reconhecendo que não é um empreendimento tradicional, uma das entrevistadas disse: *“Ah, sim, porque senão fica uma coisa assim, igual empresa, né? É de cima pra baixo, eu falo e você obedece”*. Seguindo nessa linha, outro ponto importante é o rodízio de funções dentro do EES, em que a maioria respondeu haver. Ainda pensando na gestão democrática dos EES, as entrevistadas foram questionadas sobre conhecer por si próprias o estatuto/regimento interno do EES: cinco leram e seis não, ressalta-se que duas dessas seis demonstraram não ter interesse em lê-lo e uma revelou não ter conseguido acesso ao documento, levantando sinais de alerta.

As entrevistadas foram, ainda, questionadas sobre relações de amizade entre as mulheres do EES para além do espaço de trabalho e sobre a rotatividade do EES, ambas perguntas pensando em contextos para envolvimento entre as mulheres cooperadas/associadas e em como isso pode formar caminho para a rede de apoio – fundamental na busca pela autonomia, conexões importantes como sugerido por Federici (2014). Na primeira questão, apenas uma respondeu não ter amizade entre as mulheres do EES e, na segunda, também apenas uma disse haver alta rotatividade das cooperadas/associadas. Assim foi demonstrada a capacidade dos EES de gerarem laços entre as mulheres, questão importante para a autonomia da mulher.

Essa autonomia pode ser compreendida como a capacidade de gerar renda, bem como decidir de forma livre em como alocar o dinheiro ganho, capacidade e condições concretas de tomar decisões sobre sua vida e segui-las e o respeito ao seu direito de ir e vir e da proteção às violações e abusos sofridos pelas mulheres (Fernandes; Mota, 2014; Scheffler 2013; Guedes; Fonseca, 2011; Costa, 2010).

Ao contrário da ESOL, em que a maioria das entrevistadas não possuía noção de seu conceito, oito mulheres possuíam conhecimento sobre o que é uma rede de apoio, citando familiares (ou família de forma genérica), amigas e colegas de trabalho, além de uma mulher que citou a unidade de saúde municipal de sua região. Pensando na dupla jornada de trabalho vivenciada por mulheres pobres, que ocupar trabalhos na esfera pública não as isentou de realizar (Almeida, 2021; Paulon, 2010; Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008), uma das entrevistadas respondeu no sentido de ter pessoas dentro de sua casa que ajudem nas tarefas domésticas é ser sua rede de apoio. Em relações familiares, no questionário, 31 mulheres responderam ser

solteiras e três divorciadas, enquanto 14 são casadas e cinco moram junto com o(a) parceiro(a), porém nenhuma delas citou cônjuge como rede de apoio. É importante ressaltar que pelo menos 39 mulheres são chefes de família, por serem mulheres que não moram junto de seu cônjuge e/ou solteiras e que possuem filhos e dependentes – assim, elas vivenciam a dupla jornada de trabalho, que inclui o trabalho produtivo e o trabalho doméstico (Almeida, 2021; Pessô; Ramos; Peixoto, 2008).

Aqui também é importante ressaltar que, convergindo com o que Barbosa *et al* (2022) escreve sobre o EES feminino ser um espaço de empatia e sororidade, três mulheres indicaram as próprias mulheres do EES como sua rede de apoio e uma mulher citou uma amiga do EES, além de que todas as entrevistadas concordaram que o EES pode ser parte de sua rede de apoio.

Todas as mulheres responderam de forma positiva para o EES ser um espaço seguro para o diálogo das integrantes e para sentirem uma diferença positiva em integrar um EES feminino e com lideranças femininas. Nessa questão, além de duas mulheres responderem que é mais fácil o entendimento entre as integrantes por serem todas mulheres, uma ainda respondeu se sentir mais empoderada, corroborando com a ideia de Barbosa *et al* (2022) de que os EES nessa situação podem gerar autoestima e autoconfiança para as mulheres que o integram.

Tratando de relações abusivas, foi díspar a quantidade de entrevistadas que relataram ouvir queixas sobre relações em que alguma associada/cooperada se sinta diminuída ou ameaçada de qualquer forma e das que relataram ouvir sobre relações em que alguma cooperada/associada não pode decidir sobre o próprio dinheiro ou até mesmo é impedida de trabalhar pelo parceiro íntimo. No primeiro caso, apenas uma entrevistada respondeu dizendo que ouviu, enquanto no segundo, sete confirmaram ouvir sobre a situação. Essas questões dizem respeito às vulnerabilidades que as mulheres pobres estão suscetíveis de acordo com Costa *et al.* (2015). Duas das mulheres que responderam fizeram uma fala remetendo a divisão sexual do trabalho, situação em que a ESOL e a Economia Feminista buscam romper:

Teve, no começo teve, né? Tinha muito marido que não aceitava, sabe? Tem ainda... Até hoje existe. E antes tinha aqueles maridos que, que é tipo daquelas, vamos botar lá nos antepassados, né? Você foi feita pra ficar dentro de casa, pra criar, e pronto, fogão, lavar e passar.

Eu trabalhava, sabe? Mas depois eu tinha que deixar o serviço para cuidar do filho, porque esse marido ficava no pé falando que era para eu deixar o serviço, que eu não precisava. Então, aí era mais para dentro de casa, sabe? Não saía, tudo.

Em relação a relatos de mulheres que conseguiram superar essas situações ou até mesmo deixar o parceiro em questão, apenas Larissa, que contou ser vítima (na fala acima), relata que deixou o marido, além dela nenhuma outra entrevistada ouviu algum caso em que a mulher saiu do relacionamento ou fez com que ele deixasse de ser abusivo.

Convergindo com a ideia da ESOL ser via de autonomia financeira para as mulheres, para 83% das mulheres que responderam o questionário, a renda auferida a partir do EES é sua renda principal, 93% afirmam que possuem uma ou mais pessoas que dependem dessa renda além delas, 59,3% das mulheres não possuíam renda alguma antes de começar a trabalhar no EES e 30,5% recebiam renda de auxílios, ou seja, somente por volta de 10% das mulheres estavam no mercado de trabalho e recebiam renda advinda do mesmo antes de trabalhar no EES.

Além disso, mesmo notando uma diferença de renda entre homens e mulheres, mulheres brancas e mulheres negras, dentro dos EES, notou-se que essa diferença ainda é muito menor do que a presenciada na realidade brasileira, uma vez que a diferença de remuneração média de homens para mulheres cooperados/associados é de aproximadamente 18%, enquanto no Brasil é de aproximadamente 22%, e a renda de cooperadas/associadas negras é cerca de 5% mais baixa que a das brancas, enquanto num geral é 42% mais baixa.

Logo, demonstrou-se que a ESOL pode servir como forma de gerar autonomia financeira, ainda o fazendo de forma menos desigual do que é notado em empreendimentos tradicionais, e também pode fornecer rede de apoio para as mulheres que integram o EES, porém existe uma limitação na ação das mulheres dessa rede de apoio por conta de sua percepção como atores em situação de vulnerabilidade de gênero e de compreender o que são situações de violência, assim também há limites na potencialidade de gerar autonomia ao ponto de a mulher deixar a relação abusiva em que se encontra.

BIBLIOGRAFIA³⁴

ABREU, Sergio Arcas de. OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Contribuições e Práticas da Economia Solidária: um diálogo. Caderno Latino-Americano de Política e Sociedade. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2020

ALMEIDA, Elizete Pereira. A economia solidária como mediação para o processo de emancipação feminina, a partir da experiência da Rede Mandala. Centro Universitário Internacional: Curitiba. 2021. (Monografia)

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. Revista Estudos Feministas, v. 24, p. 629-638, 2016.

ARARAQUARA. Lei N° 9.344, de 15 de Agosto de 2018. Institui o Programa Municipal Territórios em Rede e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9344>

ARAÚJO, Alcione Lino. Economia solidária e a autonomia feminina na Associação de Agricultores Familiares das colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança. Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Ponta Grossa. 2017. (Tese de Doutorado)

BARBOSA, Lucyana Oliveira et al. Liderança feminina em contexto de economia solidária—o caso da feira agroecológica e cultural de mulheres no Butantã. Conjecturas, v. 22, n. 2, p. 613-636, 2022.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de Medeiros (Org.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 283- 302.

BARAGATTI, Daniella Yamada et al. Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão integrativa. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 43, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENGOA, Cristina Carrasco. La economía feminista: um recorrido a través del concepto de reproducción. Ekonomiaz: Revista vasca de economia, País Basco, n. 91, p. 52-77, 2017

BEZERRA, Elaine Mauricio. Trabalho de mulher, trabalho de homem no polo de confecções do agreste de Pernambuco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2018

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRONTE, Charlotte. Jane Eyre. São Paulo: Folha de S. Paulo. 2017

BONUMÁ, Helena Gomes. As Mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

³⁴ A pedido da banca avaliadora, manteve-se as referências bibliográficas em ABNT, porém mantendo os nomes de autoras e autores por extenso, pois assim é possível ver que o trabalho não só trata de pensamento feminista, mas é construído de forma feminista, ou seja, das 106 referências utilizadas, 74 são de autoria feminina, contra 28 masculina e 4 institucionais, representando um forte viés de representatividade feminina, com cerca de 70% da bibliografia baseada em produção feminina.

CALARGE, Tania Cristina Costa. Empreendimentos de Economia Solidária como Espaços de Emancipação Feminina. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2013.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Tiempo total de trabajo (remunerado y no remunerado): recopilación experiencias encuestas de uso del tiempo en los países. División de Asuntos de Género, Santiago, 2010.

COELHO, Lina. Economia feminista. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.) Dicionário Internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009. p. 128-133

COUTO, Ana.; SANTOS, Mônica; GUERRA, Paula. A importância da economia solidária na promoção da coesão social: breve reflexão a partir do caso português. In: Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA e MTE, no. 52, agosto de 2012, p. 49-54.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos, 2000. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Último acesso em: 02/03/2023.

COSTA, Joana Simões de Melo. et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista de Estudos Feministas, v. 7, n. 12, p. 171-88, 2002.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersectoriais de atenção. Revista de Medicina, v. 92, n. 2, p. 134-140, 2013.

DUTRA, Maria de Lourdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 1293-1304, 2013.

ESTEVAM, Dimas. O., et al. Cooperativas descentralizadas (ou virtuais): (Re) conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social, v. 10, n. 1, p. 18-18. 2013

FARIA, Jorge; LUCAS, Fernando. Cooperativas de segundo grau versus fusões: vantagens e inconvenientes: uma reflexão aplicada às cooperativas de consumo em Portugal. Coloquio ibérico de cooperativismo y economía social, p. 119-139, 2003.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, R. (Org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014, p. 145-158.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. da. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. RESR. Piracicaba, São Paulo, v.52, Nº 01, p. 009-024, jan./mar., 2014

FONTOURA, Natália et al. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça—1995 a 2015. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Retirado de: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf, 2017

- FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) História das mulheres no Brasil. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001
- FONTENEAU, Bénédicte. et al. Social and Solidarity Economy: Building a Common Understanding. International Training Centre of the International Labour Organization, Turin, Italy, 2010.
- FRANÇA FILHO, Genauto. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, J. (Org). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional-Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, v. 16, n. 39, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Revista Dados, n. 3, v. 50, 2007.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálýsis**, v. 11, p. 11-19, 2008.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária no Brasil. São Leopoldo: Ed. Oikos. 2014.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRECCO, F. S. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. Temáticas: Revista dos pós-graduandos em ciências sociais IFCH/UNICAMP, Campinas, v. 26, n. 52, p. 105-134, 2018.
- GREGORY, Alice; TAYLOR, Anne K.; PITT, Katherine; FEDER, Gene; WILLIAMSON, Emma. “The Forgotten Heroes”: A Qualitative Study Exploring How Friends and Family Members of DV Survivors Use Domestic Violence Helplines. Journal Of Interpersonal Violence, [S. l.], v. 27, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260519888199>.
- GRIMM, Suzanne.; ESTEVAM, Dimas. Oliveira.; JACINTO, G. I. COOPERAÇÃO E AUTONOMIA FEMININA: O CASO DA FEIRA DE PRODUTOS COLONIAIS E COOPERATIVA DE MULHERES DE SÃO LUDGERO/SC.
- GUEDES, Rebeca Nunes; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, p. 1731-1735, 2011.
- GUÉRIN, Isabelle. Sociologia Econômica e relações de gênero. In: M. Emílio (org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo, Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. 2003
- GUÉRIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HEFFEL, Carla Kristiane Michel; SILVA, Vinicius da; LONDERO, Josirene Candido. A construção da autonomia feminina: o empoderamento pelo capital social. Anais do XII Colóquio Nacional de Representações de Gênero. Campina Grande-PB, 2016.
- HILGEMBERG, Cleise MA Tupich; GUILHOTO, Joaquim JM. Abertura econômica e seus efeitos no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990. Economia Aplicada, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 659-691, 2004.
- HIRATA, Helena. Classe, gênero, raça e movimentos sociais: a luta pela emancipação. Revista de Políticas Públicas, v. 22, p. 143-158, 2018.

- HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos, *Revista de Estudos Feministas*, n. 1/94, p. 93-100, 1º sem./1994.
- JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos. La transformación de las familias*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2004.
- KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, p. 67-75, 2009.
- KON, Anita. *Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998. 140p. (Coleção ABET – Mercado de trabalho, 2).
- LIMA, Ana Maria C. B. Em briga de marido e mulher se mete a colher: a Lei Maria da Penha à luz da teoria da democracia de Habermas. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 13, n. 1/2, p. 143-168, 2008.
- LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 2, 2006
- LISBOA, Armando. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 3, jul./set., 2005.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2007. (Série Trilhas)
- MANSILLA, E.; GRENZNER, J. I.; ALBERICH, S. *Femení plural. Les dones a l'economia cooperativa*. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2014.
- MARX, Karl. *O Capital* livro I - capítulo VI (inédito), São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política)*, Livro II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo. 2008.
- MENDES, Estevane. de P. P.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social*. In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 9 - 29.
- MORAIS, Leandro. Pereira. *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP, 2013. (Tese de Doutorado)
- MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-84, jun. 2002. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/phl8/download/p024218.pdf#page=73>.
- NETO, Otávio Cruz. *O Trabalho de Campo Como Descoberta E Criação*. In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 51 - 66
- NOBRE, Miriam. *Interação entre a economia feminista e economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. Sempre Viva Organização Feminista*, p. 1-11, 2014.

NOBRE, Miriam. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 645-652, 2016.

NOBRE, Miriam; FREITAS, Taís. Possibilidades e limites na construção de igualdade de gênero na Economia Solidária. In: GEORGES, I.; LEITE, M. P. (Orgs.). *Novas configurações do trabalho e Economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 399-421.

NUSSBAUM, Martha. *Las mujeres y el desarrollo humano*. Barcelona: Herder Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2. 2005

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. *Regulação estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp. São Paulo, 2013

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 325-332, 2008.

PAIVA, Camila. *Capacle. As relíquias do lixão: mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir*. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PAULON, Graziely Berenice Fernandes dos Santos. *Tecendo a igualdade: sobre gênero e trabalho na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS (reflexões 2000-2008)*. / Graziely Berenice Fernandes dos Santos Paulon. – Dourados, MS : UFGD, 2010

PESSOA, Cleudes.; RAMOS, J. Pouchain; PEIXOTO, S. Fernandes. *Economia solidária e feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres*. <http://www.fb.es.org.br/>. Acesso em, v. 15, p. 30, 2008.

PICCHIO, Antonella. Women's work at the core of the labour market. In: PICCHIO, A. (org.). *Social reproduction: the political economy of the labour market*. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 95-116.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA M. (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p.11-41

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTES, Luciana Barbalho et al. *Redes de Apoio à Mulher em Situação de Violência durante a Pandemia de Covid-19*. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 13, n. 3, p. 187-201, 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale, 2013.

RUIZ, Julia da Silva Gutierrez; et al. REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA FEMINISTA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERSECÇÕES. In: CIRIEC WORLD 1st CONFERENCE IN LATIN AMERICA, 1, 2021. EDUNEB: Salvador. 2022. p. 965-990.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. *O poder do macho*. São Paulo: Polêmica, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

- SAFFIOTI, Heleieth Iara. Violência contra a mulher e violência doméstica. Gênero, democracia e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: [s. n.], 2002. p. 34.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004
- SANCHES, Caroline Cristina. Economia Solidária e o ecossistema empreendedor solidário: um estudo de caso do município de Araraquara (SP). Araraquara: FCL-UNESP, 2019. (Monografia)
- SANCHES, Caroline Cristina; MORAIS, Leandro Pereira. Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: o caso de Araraquara (SP). Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Ipea. v. 26, n. 68, 2020.
- SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 19, p. 417-424, 2010.
- SANTOS, Aline Mendonça. Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. Outra Economia, v. 8, n. 15, p. 196-209. 2014.
- SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. Pro-posições, v. 19, p. 151-161, 2008.
- SARTI, Cynthia Andersen. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.) Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes. Gênero, autonomia econômica e empoderamento: o real e o aparente. Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. Revista Feminismos, v. 1, n. 3, 2013.
- SIMON, Vanêssa Pereira; BOEIRA, Sérgio Luis. Economia social e solidária e empoderamento feminino. Ciências Sociais em Unisinos, [S. l.], v. 53, n. 3, p. 532-542, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.3.13>.
- SINGER, Paul. Uma Utopia militante. Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo (orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOARES, Vera. “Mulher, autonomia e trabalho”. In: DI SABBATO, Alberto et al. (Org.). Autonomia econômica e empoderamento da mulher. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 281-301.
- SOUZA COSTA, Luciano. O cooperativismo: uma reflexão teórica. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2007.
- SOUZA, Armando Lirio de. “Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial”. Boletim Mercado de Trabalho do IPEA, n. 52, pp. 53- 60, 2012.
- SOUZA, André Ricardo de. Professor Paul Singer e a economia solidária. Revista P2P e INOVAÇÃO, 5 (1), p. 43 - 52, 2018.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013. 2017. 228 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TIRIBA, Lia. Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico. Contexto e Educação. Ijuí, v. 46, n. 7, p. 34, 1997.

VALE, Scheila Regina Gomes Alves. Avaliação do perfil das quebradeiras de coco babaçu e de suas condições de trabalho no município de Itapecuru-Mirim/MA. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Saúde Pública e Meio Ambiente) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Rio de Janeiro, 2015.

VERANO, Luis. Economía solidária, uma alternativa ao neo-liberalismo. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

VERZOSI, Carolina Verónica; CARVAJAL, Rosa Viviana. La Economía Popular y Solidaria en el Ecuador: el empoderamiento femenino. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, [S. l.], n. 107, p. 71-100, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.107.17063>.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da'economia solidária'. Revista Katálýsis, v. 11, p. 105-115, 2008.

ANEXO I - Questões do Questionário

Nome da Cooperativa ou Associação:

Gênero:

Idade:

Bairro que mora:

Raça/Etnia:

Escolaridade:

Estado Civil:

Possui filhos? Quantos:

Quantas pessoas, além de você, dependem da sua renda?

Renda atual mensalmente (valor aproximado):

A sua renda, para sua família, é:

Possuía renda antes de entrar na cooperativa?

Foi beneficiário de programa de transferência de renda da prefeitura?

Caso sua resposta foi "Sim" para pergunta anterior, qual(is) programa(as)?

Possui alguma condição de saúde ou deficiência? Se possui, qual é?

É egresso do sistema prisional?

ANEXO II - Questões da Entrevista

I Bloco - Trabalho e o empreendimento de economia solidária

1. Para você, o que é Economia Solidária?
2. Quantas horas por dia as cooperadas/associadas costumam se dedicar ao trabalho na cooperativa/associação?
3. As cooperadas possuem relação fora da cooperativa ou se restringem ao ambiente de trabalho? Se sim, como?
4. Você considera que as cooperadas/associadas participam dos processos decisórios do empreendimento (dando opinião, discutindo, podendo se manifestar)?
5. Costuma haver rodízios de funções na cooperativa/associação?
6. Há alta rotatividade na cooperativa/associação, ou seja, há muita entrada e saída de cooperadas/associadas?
7. Você conhece o estatuto/regimento interno da cooperativa/associação que você faz parte? Você o leu?

II Bloco - Empreendimento de economia solidária e gênero

1. Você considera que a cooperativa/associação é um espaço seguro para o diálogo entre as cooperadas/associadas? Explique.
2. Você se sente acolhida pelas outras mulheres do empreendimento?
3. Você sente que possui alguma diferença positiva por fazer parte de um empreendimento apenas/majoritariamente de mulheres, com uma liderança feminina?
4. O que você considera que seja uma rede de apoio?
5. Na sua opinião, a cooperativa/associação pode servir como rede de apoio para as mulheres cooperadas/associadas?
6. Você já ouviu queixas sobre relações em que alguma cooperada/associada se sinta diminuída ou ameaçada de qualquer forma?
7. Você já ouviu queixas sobre relações nas quais a mulher não pode decidir como usar o próprio dinheiro, ou que o(a) parceiro(a) quer impedir que a cooperada/associada continue trabalhando?
8. Existem relatos de mulheres que, com o apoio de outras cooperadas/associadas, conseguiram fazer algo em relação a essas situações, até mesmo deixar o parceiro ou a parceira em questão?
9. Dentro da cooperativa/associação existe divulgação e conversas sobre o Centro de Referência da Mulher e a Delegacia da Mulher?